



Relatório de Assessoria de Imprensa
Período: 08/02/2021 a 09/02/2021



Índice**G1 | RN**

FECOMÉRCIO RN

50,2% dos turistas visitaram o RN em viagens de carro na alta estação; Fecomércio aponta crescimento do turismo regional

Notícias - 08/02/2021

5

Blog do BG | RN

FECOMÉRCIO RN

50,2% dos turistas visitaram o RN na alta estação chegaram ao estado de carro

Notícias - 08/02/2021

8

Agora RN

SESC / FERNANDO VIRGÍLIO

Destino Potiguar: série traz seis episódios gravados em cidades do RN para promover turismo

Notícias - 08/02/2021

9

Tribuna do Norte | RN**Procon Natal orienta sobre cancelamento de pacotes para o carnaval**

Notícias - 08/02/2021

10

Tribuna do Norte | RN**Hotelaria registra queda de 25% na ocupação para o Carnaval 2021**

Notícias - 08/02/2021

11

Tribuna do Norte | RN**Em janeiro, preço de cesta básica de alimentos de Natal teve maior queda no País**

Notícias - 09/02/2021

12

Estadão | DF**Congresso quer auxílio emergencial fora do teto e sem corte de despesas**

Notícias - 09/02/2021

15

Estadão | DF**'Por auxílio, CPMF pode voltar com duração limitada'**

Notícias - 09/02/2021

16

Estadão | DF**Sócios do BV querem IPO de até R\$ 3,5 bi em março**

Notícias - 09/02/2021

17

Estadão | RJ**Petrobrás reajusta preços dos combustíveis**

Notícias - 09/02/2021

18

Estadão | DF**Pleno emprego é mantido como meta do BC**

Notícias - 09/02/2021

19

Estadão | DF**Trabalhador que recusar vacina pode ser demitido por justa causa, diz MPT**

Notícias - 09/02/2021

20

Estadão | DF

BNDES e Santander lideram ranking social e ambiental de bancos

Notícias - 09/02/2021

21

Estadão | DF

Dona do Magalu cria movimento por vacina

Notícias - 09/02/2021

22

Folha de São Paulo | SP

Valorização de ações se iguala a crash de 1929 e cria 'sinuca' para investidor

Notícias - 09/02/2021

23

Folha de São Paulo | DF

Governo quer que patão pague curso ao contratar quem receber novo auxílio

Notícias - 09/02/2021

24

Folha de São Paulo | DF

Lira quer votar autonomia do BC para dar sinalização ao mercado

Notícias - 09/02/2021

25

Folha de São Paulo | DF

Brasil importa trigo, arroz e até soja, e agro dos EUA se recupera em 2020

Notícias - 09/02/2021

26

Folha de São Paulo | RJ

Defasagem no diesel cresce após Petrobras ajustar política de preço

Notícias - 09/02/2021

27

O Globo | DF

Variante não deve suspender a imunização

Notícias - 09/02/2021

28

O portal G1RN destaca que cerca de 50,2% dos turistas que visitaram o Rio Grande do Norte durante a alta estação 2020-2021, chegaram ao estado em carros próprios ou alugados. Os dados são de estudo realizado pelo Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Fecomércio e apontam uma mudança do turista que visita o estado entre dezembro e janeiro. Os números apresentam uma queda na renda média dos turistas que visitaram o estado na alta estação deste ano, ficando em R\$ 4.644,85. O perfil mostra que 56,4% dos visitantes revelaram possuir renda mensal individual acima de três salários mínimos. Em 2020, a renda média foi de R\$ 5.046,23. Saiba mais na página 05 do clipping.

O setor de hotelaria registrou queda de 25% na ocupação para o carnaval deste ano. Com festividades canceladas, ponto facultativo suspenso e o feriado revogado por motivos de precaução com a segurança sanitária contra a pandemia de Covid-19, a ocupação hoteleira tem expectativa de atingir 57%. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH-RN). Saiba mais em matéria do jornal Tribuna do Norte, na página 11 do clipping.

O jornal Estadão revela que o Congresso sinalizou que quer uma via expressa para a retomada do auxílio emergencial. Os gastos com o benefício devem ficar de fora do limite do teto de gastos, a regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. Além disso, ao contrário do que defende o ministro da Economia, Paulo Guedes, a nova rodada do auxílio não deve prever contrapartidas, como a aprovação de medidas de controle de gastos. Saiba mais detalhes na página 15 do clipping.

A Folha de São Paulo destaca que a defasagem do preço interno do diesel em relação às cotações internacionais aumentou a partir do segundo semestre de 2020, depois da Petrobrás ajustar sua política de preços estendendo o prazo para avaliação da paridade de importação de produtos. Nesta segunda, a estatal anunciou novos aumentos nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, mas ainda assim as ações tiveram forte queda diante de dúvidas a respeito de interferências em sua política comercial. Entenda na página 27 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: G1 RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** RN - **Imagem:** 1/3 **Impacto:** Positivo
Título: 50,2% dos turistas visitaram o RN em viagens de carro na alta estação; Fecomércio aponta crescimento do turismo regional
Link: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/02/08/502percent-dos-turistas-visitaram-o-rn-em-viagens-de-carro-na-alta-estacao-fecomercio-aponta-crescimento-do-turismo-regional.ghtml>

50,2% dos turistas visitaram o RN em viagens de carro na alta estação; Fecomércio aponta crescimento do turismo regional

Segundo Fecomércio, dados mostram que turismo regional foi quem mais impulsionou as atividades do setor no estado neste período. Estadia e gasto no estado diminuíram.

Por Julianne Barreto e Leonardo Erys, Inter TV Cabugi e G1 RN
08/02/2021 17h52 - Atualizado 2021-02-08T20:52:26-03:02

Cerca de 50,2% dos turistas que visitaram o Rio Grande do Norte durante a alta estação de 2020/2021, ainda no cenário de pandemia, chegaram ao estado em carros próprios ou alugados.

Os dados estão em uma pesquisa realizada pelo Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Fecomércio entre os dias 5 e 20 de janeiro. O segundo meio de transporte foi o aéreo, com 39,4%.

Para a federação estadual, esse dado apontou uma mudança do turista nesse período - entre dezembro e janeiro - no estado.

"Houve uma confirmação de que o turismo regional foi a nova propulsora desse mercado. E o dado mais relevante pra comprovar isso é que mais de 50% das pessoas que nos visitaram vieram de carro, então naturalmente as distâncias são curtas", explicou George Costa, que é coordenador da câmara empresarial de turismo da Fecomércio.

"Teve que haver adaptações para atender esse mercado. Então era uma quantidade menor de dias e o cliente gastava menos do que um cliente habitual da alta estação".

A pesquisa apontou uma queda na renda média dos turistas que visitaram o estado na alta estação desse ano, ficando em R\$ 4.644,85. O perfil mostra que 56,4% dos visitantes revelaram possuir renda mensal individual acima de três salários mínimos. Em 2020, a renda média foi de R\$ 5.046,23.

Em relação aos locais de origem, a pesquisa apontou que os próprios potiguares que fizeram turismo pelo próprio estado possuem rendimento médio individual de R\$ 3.607,16, enquanto que os turistas de outros estados do país dispõem de renda média de R\$ 4.957,98. Já os turistas estrangeiros apresentaram rendimento médio de R\$ 5.870,93.

Ao todo, cerca de 25,2% dos turistas que viajaram pelo RN na alta estação moravam no próprio estado. Outros 71,6% eram turistas de outros estados do país. Ao todo, 96,8% residiam no Brasil. Os principais locais de origem foram:

- São Paulo (16,2%)
- Paraíba (7%)
- Pernambuco (7%)
- Rio de Janeiro (6,8%)
- Ceará (6,6%)
- Minas Gerais (6,1%)

Veículo: G1 RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** RN - **Imagem:** 2/3

Título: 50,2% dos turistas visitaram o RN em viagens de carro na alta estação; Fecomércio aponta crescimento do turismo regional

Link: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/02/08/50percent-dos-turistas-visitaram-o-rn-em-viagens-de-carro-na-alta-estacao-fecomercio-aponta-crescimento-do-turismo-regional.ghtml>

Diminuição na estadia

Outra mudança de perfil encontrada foi a do tempo de estadia: 31,2% do público pesquisado informou que realizava uma viagem mais curta, com duração de, no máximo, três dias.

"Normalmente na alta estação, os pacotes são fechados por sete noites. O hotel que se adaptou primeiro, que botou o número mínimo de noite menor, uma ou duas, conseguiu vender mais rápido", explicou George Costa.

2 de 3 Via Costeira concentra boa parte dos leitos de hotéis em Natal — Foto: Divulgação/ABIH

Via Costeira concentra boa parte dos leitos de hotéis em Natal — Foto: Divulgação/ABIH

O coordenador da câmara empresarial de turismo da Fecomércio conta ainda que a infraestrutura dos hotéis contou bastante para a decisão dos turistas. Apesar disso, houve uma queda da receita total do turismo em cerca de 30%, segundo o George Costa. "Isso porque o tíquete médio, como nós chamamos, que é o que gastou, foi 20% menor e a estadia do turista também foi cerca de 20% menor".

"Isso demonstrou que o turismo regional é super importante. Acho que foi acertada a estratégia de apostar nele, porque foi o que fez a alta estação acontecer. Mas a média a longo prazo, tem uma dificuldade de manter uma cadeia turística inteira. Temos que pensar agora o que vamos fazer pro próximo semestre e 2022. Temos que focar no mercado nacional".

O gasto médio diário no passeio, por indivíduo, foi de R\$ 216,41. Em 2020, o valor computado foi de R\$ 274,45. Aqueles que se hospedam em hotéis e flats são os que registram os maiores gastos diários por pessoa (de R\$ 297,05 e R\$ 249,49, respectivamente)

Veículo: G1 RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** RN - **Imagem:** 3/3

Título: 50,2% dos turistas visitaram o RN em viagens de carro na alta estação; Fecomércio aponta crescimento do turismo regional

Link: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/02/08/50percent-dos-turistas-visitaram-o-rn-em-viagens-de-carro-na-alta-estacao-fecomercio-aponta-crescimento-do-turismo-regional.ghtml>

Setor sente queda

Além dos hotéis e pousadas, o setor de restaurantes e bares, principalmente na área das praias, também sentiu a diminuição das receitas sobretudo no mês de janeiro, que é tradicionalmente o de maior lucro.

A pesquisa da **Fecomércio** apontou que as praias seguem como os atrativos mais visitados (94,8%), seguidas dos bares e restaurantes (78,5%).

A quiosqueira Gisele Karla, da praia de Ponta Negra, disse que as receitas do estabelecimento caíram cerca de 90%. "Caiu muito a venda. A gente nota que o pessoal que está vindo aqui pra Natal de regiões próximas, nosso vizinhos, e a gente vê que o dinheiro realmente está curto. Eles pesquisam muito e pechinham muito", disse.

3 de 3 Quiosques em ponta Negra — Foto: André Silva

Quiosques em ponta Negra — Foto: André Silva

"A gente sempre viu que o mês de janeiro é um mês de férias pra todo mundo aqui, mas esse ano não teve, diante da pandemia".

Gisele também diz que percebeu a redução no período das pessoas na cidade. "Antigamente a gente via que no nosso turismo era pra passar uma semana. Hoje em dia a gente vê que são três dias no máximo. Passou três dias e não vemos mais o turista".

A pesquisa indicou ainda que cerca de 61,3% dos turistas que vieram ao RN na alta estação já conheciam o destino que escolheram e retornaram, como é o caso da atendente de turismo Simone Narciso, que é de Goiás.

"Aqui é lindo, hospitaleiro, tem hotéis maravilhosos e eu quero conhecer outros lugares, como Genipabu e Pipa", contou.

A turista contou que tem aproveitado principalmente a praia neste período. "A gente está curtindo muito a praia mesmo, que é muito linda. E nem dá pra querer sair daqui porque aqui já é um sossego", disse.

A pesquisa mostrou ainda que em torno de um terço (33,4%) dos turistas ou acompanhantes que estiveram no RN já tinham testado positivamente para a Covid-19.

Veículo: Blog do BG - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: 50,2% dos turistas visitaram o RN na alta estação chegaram ao estado de carro **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.blogdobg.com.br/502-dos-turistas-visitaram-o-rn-na-alta-estacao-chegaram-ao-estado-de-carro>



BLOG DO BG por Bruno Giovanni

O que você está procurando?

ADQUIRA SEU JAGUAR LAND ROVER SEM SAIR DE CA

08/02/2021 às 18:50 em [TURISMO](#)

50,2% dos turistas visitaram o RN na alta estação chegaram ao estado de carro

Reportagem do G1-RN destaca dados de uma pesquisa realizada pelo Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da **Fecomércio** entre os dias 5 e 20 de janeiro mostram que cerca de 50,2% dos turistas que visitaram o Rio Grande do Norte durante a alta estação de 2020/2021, ainda no cenário de pandemia, chegaram ao estado em carros próprios ou alugados. O segundo meio de transporte foi o aéreo, com 39,4%.

Os principais locais de origem foram:

São Paulo (16,2%)

Paraíba (7%)

Pernambuco (7%)

Rio de Janeiro (6,8%)

Ceará (6,6%)

Minas Gerais (6,1%)

Ao todo, 71,6% eram turistas de outros estados do país e cerca de 25,2% dos turistas que viajaram pelo RN na alta estação moravam no próprio estado, de acordo com a pesquisa.

Segundo a **Fecomércio**, estes números mostram que o turismo regional foi quem mais impulsionou as atividades do setor no estado neste período.

A pesquisa também apontou uma queda na renda média dos turistas que visitaram o estado na alta estação desse ano, ficando em R\$ 4.644,85. O perfil mostra que 56,4% dos visitantes revelaram possuir renda mensal individual acima de três salários mínimos. Em 2020, a renda média foi de R\$ 5.046,23. Veja a **matéria completa no G1-RN**.

Veículo: Portal Agora RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Destino Potiguar: série traz seis episódios gravados em cidades do RN para promover turismo **Impacto:** Positivo

Link: <https://agorarn.com.br/ultimas/destino-potiguar-serie-traz-seis-episodios-gravados-em-cidades-do-rn-para-promover-turismo>

Audióvisual

Destino Potiguar: série traz seis episódios gravados em cidades do RN para promover turismo

Um pouco do Rio Grande do Norte será mostrado em episódios gravados nas cidades de: Natal, Mossoró, Santa Cruz e Serra de São Bento

Redação

08/02/2021 | 07:55



Estátua de Santa Rita de Cássia em Santa Cruz - Foto: José Aldenir/Agora RN

Você pode conhecer um pouco da cultura, religiosidade, culinária e belezas potiguares, tudo isso sem sair do lugar. Essa é a proposta do projeto nacional “Destinos Brasileiros”, uma iniciativa do Departamento Nacional do Sesc, que produziu uma série sobre os pontos turísticos do país com acesso público pela internet.

Um pouco do Rio Grande do Norte será mostrado em episódios gravados nas cidades de: Natal, Mossoró, Santa Cruz e Serra de São Bento, tendo a contextualização do guia de turismo nacional, Josailton Fontes.

Nesse passeio virtual, o público pode conhecer um pouco da história da Praia da Redinha e do famoso prato gíngã com tapioca, que desde 2019 é considerado patrimônio imaterial do estado potiguar, assim como a religiosidade do povo potiguar e sua relação de fé com a padroeira de Natal, Nossa Senhora do Rosário, encontrada nas margens do Rio Potengi.

No episódio gravado em Santa Cruz, município distante 102 km de Natal, o turista visitará a imagem de Santa Rita de Cássia, considerada uma das maiores do mundo com seus 53 metros. Uma das curiosidades do local é um sino posicionado nas costas da construção, que segundo conta a história é uma referência aos sinos que tocaram na cidade italiana de Cássia, no momento do falecimento de Santa Rita, datado em 22 de maio de 1457.

Os aspectos econômicos também figuram na série com histórias sobre a rota comercial realizada pelas ruas do bairro da Ribeira, em Natal, e o comércio de sal em terras mossoroenses. Ainda em Mossoró, cidade distante 281 km da capital Natal, o guia relata os grandes feitos históricos ocorridos no município, como a de ter sido a primeira cidade a libertar os escravos no Brasil, sem falar em ser famosa por ter expulsado o bando do cangaço Lampião (1927).

O diretor regional do Sesc, Fernando Virgílio, destaca a importância do projeto para divulgar o estado para todo o mundo. “Reinventamos um projeto dedicado ao turismo social, de maneira totalmente virtual. Mostramos que temos atrações na capital e no interior, e esperamos a visita presencial num futuro próximo”, detalhou.

Todos os episódios do Rio Grande do Norte podem ser conferidos no YouTube do Sesc RN. Fica o convite para conhecer um pouco das belezas potiguares e a sugestão de visitá-los presencialmente no pós-pandemia.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Procon Natal orienta sobre cancelamento de pacotes para o carnaval **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/procon-natal-orienta-sobre-cancelamento-de-pacotes-para-o-carnaval/502411>

Procon Natal orienta sobre cancelamento de pacotes para o carnaval

Publicação: 2021-02-08 18:11:00

Com o carnaval sendo suspenso em todo o Brasil por conta da pandemia do novo coronavírus, muitas pessoas podem precisar cancelar seus pacotes de viagens e outros serviços que já foram pagos antes das decisões publicadas. Por este motivo, o Procon Natal alerta para os direitos de quem fez esse tipo de compra. O objetivo do órgão é diminuir o risco de cobranças abusivas e de prejuízos ao cliente.

Sobre as passagens aéreas, o consumidor que desistir de viajar tem duas opções asseguradas pela Justiça desde 19 de março do ano passado, que se estenderá até 31 de outubro de 2021. A primeira é ser ressarcido, podendo sofrer alguns descontos previstos no contrato. A companhia tem até 12 meses para efetuar o pagamento, contando a partir da data em que estava marcado o voo. A segunda alternativa é escolher pelo crédito do valor correspondente ao da passagem, sem a possibilidade de incidência de quaisquer penalidades contratuais.

Já no que se refere ao adiamento ou cancelamento de pacotes de eventos culturais, de acordo com a Lei nº 14.046, de 24 de Agosto de 2020, a empresa contratada não é obrigada a reembolsar os valores pagos pelo consumidor, desde que garanta a remarcação dos serviços, das reservas e dos eventos adiados ou disponibilize o valor pago como crédito para uso ou abatimento na compra de outros produtos ofertados pela empresa.

Caso não seja possível oferecer uma das duas alternativas, a empresa terá o prazo também de 12 meses para devolver o dinheiro investido no serviço, válido a partir da data de encerramento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

“A interação do órgão com a sociedade é de extrema importância, e, por isso, o Procon Natal está à inteira disposição de toda a comunidade para quaisquer esclarecimentos”, disse o diretor-geral adjunto, Ney Lopes Júnior. Acrescenta Ney que as empresas devem prestar toda a assistência aos consumidores e disponibilizar canais de comunicação eficientes para o esclarecimento de dúvidas, negociação e resolução de problemas. “Os consumidores precisam ser amparados, seja por meio do atendimento do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) ou por e-mail”, diz.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Hotelaria registra queda de 25% na ocupação para o Carnaval 2021 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/hotelaria-registra-queda-de-25-na-ocupa-a-a-o-para-o-carnaval-2021/502398>

Hotelaria registra queda de 25% na ocupação para o Carnaval 2021

Publicação: 2021-02-08 15:54:00

Com as festividades de carnaval canceladas, ponto facultativo suspenso e o feriado revogado por motivos de precaução a segurança sanitária contra a pandemia de Covid-19, a ocupação na hotelaria dos dois maiores destinos turísticos do estado, Natal e Pipa, beira aos 68%. A expectativa do setor hoteleiro é que durante o feriado de carnaval a hotelaria potiguar como um todo atinja 57% de ocupação, uma queda de aproximadamente 25% em relação ao ano anterior. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH-RN).



Créditos: Adriano Abreu

City Tour Dubai e Abu Dhabi ✕

Profissionais brasileiros licenciados e treinados transformando seus SONHOS em REALIDADE.

dubairotas.com

ABRIR

saiba mais

- Lojas no Rio Grande do Norte deverão abrir durante o carnaval para reduzir prejuízos
- Decreto suspende pontos facultativos do Carnaval
- Apesar de Carnaval estar suspenso, Natal é um dos destinos mais procurados para período
- Governo do RN publica decreto suspendendo feriado de Carnaval e proibindo festas no período

Um número desestimulante para os empresários do turismo que fecharam suas portas por quase seis meses durante a pandemia do COVID-19, deixando muitos dos 55 segmentos que dependem diretamente desse setor com baixas expectativas.

Em janeiro de 2020, período pré-pandemia, a ocupação hoteleira na capital Natal foi de 82%, em Pipa chegou a 83%. Para janeiro desse ano, Natal e Pipa apresentaram 68% de ocupação, cada. Uma queda de aproximadamente 17%, o que é considerado

um número ruim visto que janeiro é um dos meses mais movimentados e lucrativos para o setor de turismo no geral.

Para os demais destinos do RN, foi registrado uma média de 87% em São Miguel do Gostoso, 54% em Mossoró e 43% em Extremoz.

"Esperamos que a população esteja vacinada o mais rápido possível. A economia precisa retomar, não podemos perder outros feriados, a crise da pandemia já deixou muitos prejuízos para o setor. Precisamos também continuar intensificando cada vez mais a divulgação do nosso destino a nível regional e, conseqüentemente, nacional, que são os principais focos de turistas que estamos recebendo neste momento, para que tenhamos uma retomada gradativa e consistente do turismo potiguar, a indústria que mais gera empregos no Rio Grande do Norte", ressaltou o presidente da ABIH-RN, Abdon Gosson.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/3
Título: Em janeiro, preço de cesta básica de alimentos de Natal teve maior queda no País **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-janeiro-prea-o-da-cesta-ba-sica-de-alimentos-de-natal-teve-maior-queda-no-paa-s/502451>

Em janeiro, preço da cesta básica de alimentos de Natal teve maior queda no País

Publicação: 2021-02-09 00:00:00

O preço da cesta básica de alimentos reduziu 0,94% em Natal em janeiro deste ano, ante dezembro de 2020. Pesaram nessa queda, a redução nos preços do leite (-0,48%), café (-3,46%), pão (-2,65%), carne (-2,41%), óleo (1,15%), farinha (-1,03%) e arroz (-0,19%). No comparativo com janeiro do ano passado, o valor subiu, com alta de 16,76%. No Brasil, o preço da cesta básica reduziu em quatro capitais e aumento em 14, das 17 que são analisadas na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).



Créditos: Alex Regis

Em Natal, a cesta custou R\$ 454,49 em janeiro de 2021. Esse é o segundo menor valor no País, segundo apurado pelo Dieese. A cesta mais barata é a de Aracaju (R\$ 450,84). Segundo os dados do Dieese, a capital que teve a cesta básica mais cara do país, no mês de janeiro, foi São Paulo. O custo médio dos produtos que compõem a cesta básica, na capital paulista, foi estimado em R\$ 654,15, alta de 3,59% na comparação com dezembro do ano passado. Em 12 meses, o valor do conjunto de alimentos subiu 26,40%.

A pesquisa do Dieese registra as maiores altas em Florianópolis (5,82%), seguida por Belo Horizonte (4,17%) e Vitória (4,05%). Por outro lado, ela apresentou queda em três capitais nordestinas, além de Natal: João Pessoa (-0,70%), Aracaju (-0,51%) e Fortaleza (-0,37%).

Com base no preço da cesta básica de São Paulo, a mais cara observada pela pesquisa, o Dieese estimou que o salário mínimo necessário para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, seria de R\$ 5.495,52, o que corresponde a 5 vezes o valor do salário mínimo já reajustado, de R\$ 1.100,00.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/3

Título: Em janeiro, preço de cesta básica de alimentos de Natal teve maior queda no País

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-janeiro-prea-o-da-cesta-ba-sica-de-alimentos-de-natal-teve-maior-queda-no-paa-s/502451>

Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto de 7,5% para a Previdência Social, o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em janeiro, na média, 54,93% do salário mínimo líquido (reajustado em janeiro) para comprar os alimentos básicos para uma pessoa adulta. Em dezembro, o percentual foi de 56,57%. O órgão verificou que em 11 das 17 capitais analisadas, a cesta básica custa mais da metade do salário mínimo atual. As exceções são Belém, Salvador, Recife, João Pessoa, Natal e Aracaju.

De acordo com o preço da cesta básica de Natal, o Diesse calculou que o natalense compromete 44,67% do salário mínimo para a compra dos produtos da cesta básica e que seria necessária uma jornada de 90 horas e 54 minutos para cobrir tal valor.

Na média das 17 capitais, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta, em janeiro, foi de 111 horas e 46 minutos, menor do que em dezembro, quando ficou em 115 horas e 08 minutos.

Custo dos alimentos

Evolução dos preços durante o primeiro mês do ano

Comportamento em Natal

Valores da cesta básica

(12 produtos) – Janeiro 2021 e últimos três meses

Janeiro R\$ 454,49

Dezembro R\$ 458,79

Novembro R\$ 455,43

Outubro R\$ 436,76

- 0,94% foi a variação mensal

+ 16,76% foi a variação nos últimos 12 meses

- Produtos com alta de preço médio em relação a dezembro:

Tomate (3,92%)

Feijão (3,22%)

Banana (2,23%)

Manteiga (1,63%)

Açúcar (0,98%)

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 3/3

Título: Em janeiro, preço de cesta básica de alimentos de Natal teve maior queda no País

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-janeiro-prea-o-da-cesta-ba-sica-de-alimentos-de-natal-teve-maior-queda-no-paa-s/502451>

· Produtos com queda de preço médio em relação a dezembro:

Leite (-6,48%)

Café (-3,46%)

Pão (-2,65%)

Carne (-2,41%)

Óleo (-1,15%)

Farinha (-1,03%)

Arroz (0,19%)

· 90 horas e 54 minutos foi a jornada necessária para comprar a cesta

· 44,67% foi o percentual do salário mínimo líquido gasto para compra dos produtos da cesta

Quantidades por produto na cesta básica (Decreto 399/1938):

Carne (4,5 kg); Leite (6l);

Feijão (4,5 kg); Arroz (3,6 kg);

Farinha (3 kg); Tomate (12 kg);

Pão (6 kg); Café (300 g);

Banana (7,5 dúzias); Açúcar (3 kg); Óleo (900 ml) e Manteiga (750 g)

Variação

17 capitais pesquisadas

Florianópolis 5,82%

Belo Horizonte 4,17%

Vitória 4,05%

Brasília 3,80%

Rio de Janeiro 3,69%

São Paulo 3,59%

Curitiba 3,58%

Salvador 2,06%

Goiânia 1,94%

Porto Alegre 1,72%

Recife 1,03%

Belém 1,28%

Campo Grande 0,37%

Fortaleza -0,37%

Aracaju -0,51%

João Pessoa -0,70%

Natal -0,94%

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 09/02/21 - Cidade/UF: DF

Título: Congresso quer auxílio emergencial fora do teto e sem corte de despesas Impacto: Neutro

B1 | TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

SALE Home Office >>>
+ Bem Estar
CADEIRA AERON COMPLETA
Com graxite e com todos os ajustes
12x R\$ 770,00
GARANTIA 12 ANOS



HeranMiller

NOVO AMBIENTE

Loja Online: novambiente.com/loja
AL. GABRIEL MONTEIRO DA SILVA, 663
TEL: (+55 11) 3062-3399
SHOWROOM VENDAS@NOVAMBIENTE.COM.BR
#NOVAMBIENTE SP | RJ

Efeitos da crise. Presidentes da Câmara e do Senado falam em solução excepcional e temporária para retomar o pagamento, diante do risco de novo impacto na economia; ministro Paulo Guedes tem condicionado benefício à aprovação de medidas para reduzir outros gastos

Congresso quer auxílio emergencial fora do teto e sem corte de despesas

Daniel Weterman
Adriana Fernandes | BRASÍLIA

O comando do Congresso sinalizou ontem que quer uma via expressa para a retomada do auxílio emergencial. Os gastos com o benefício devem ficar de fora do limite do teto de gastos, a regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. Além disso, ao contrário do que defende o ministro da Economia, Paulo Guedes, a nova rodada do auxílio não deve prever contrapartidas, como a aprovação de medidas de controle de gastos.

Enquanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aceitou com a possibilidade de o Congresso abrir uma "excepcionalização temporária" do Orçamento para garantir o pagamento de novas parcelas do auxílio, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), foi além. Disse que não é possível condicionar a concessão do benefício a medidas de ajuste fiscal, com o argumento de que a emergência e a urgência da situação não podem esperar. Em entrevista à GloboNews, Pacheco disse que o cenário pode ser diferente em três ou quatro meses, com o aumento da imunização, mas agora ele é urgente.

"Se temos duas saídas: ou votamos rapidamente o Orçamento ou o governo federal vai procurar alguma forma de o Congresso excepcionalizar temporariamente (o pagamento), até que tenhamos Orçamento para votar um projeto de novo de inclusão mais acessível para a população e que traga as pessoas que estão numa situação muito difícil", disse Lira em entrevista em Alagoas.

Na prática, as filias dos presidentes da Câmara e do Senado sinalizam que o governo e o Congresso negociam uma forma de incluir as despesas da nova rodada do auxílio no que os economistas chamam de "extrateiro de gastos". Ou seja, fora da contabilização do limite do teto.

Essa "excepcionalização" poderia ser feita por meio da edição de um crédito extraordinário do Orçamento. Esse tipo de crédito só o governo pode editar. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Há dúvidas, porém, se os gastos com o agravamento da covid-19, como os de agora, podem ser incluídos na categoria de imprevisíveis.

Outra possibilidade é abrir uma exceção na emenda do teto de gastos, como foi feito na distribuição dos recursos obtidos no leilão da exploração do pré-sal para Estados e municípios. Nesse caso, o caminho de tramitação exige uma mudança na Constituição.

Se adotada a via expressa, o novo auxílio poderá ser concedido antes da aprovação do Orçamento, que deve prever um novo programa social. Uma definição sobre o socorro financeiro do governo aos mais vulneráveis se arrasta há meses mesmo diante da piora da pandemia.

Meta fiscal. Lira e Pacheco não deram detalhes de como essa brecha orçamentária se daria, mas as discussões avançam na área técnica do Ministério da Economia depois que Guedes aceitou a nova rodada de auxílio com valor em torno de R\$ 200 e por mais três meses, segundo apurou o Estadão. Bolsonaro, que publicamente negava a necessidade do auxílio, ontem disse que a discussão para uma nova rodada do benefício é para "ontem" (*mais informações nesta página*).

O impasse está no teto de gastos, mas a necessidade de cumprimento da meta fiscal de 2021 é outro obstáculo a ser superado para a concessão do auxílio. Mesmo que as despesas para o seu pagamento fiquem de fora do limite do teto de gasto – o cenário hoje mais provável devido à urgência da pandemia – o



Fórmula. Pacheco e Lira não deram detalhes de como se daria uma brecha orçamentária para pagar o auxílio emergencial

Volta do benefício é para 'ontem', afirma Bolsonaro

Depois de dizer que a volta do auxílio emergencial quebraria o País, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que a discussão da volta do benefício é para "ontem", mas que isso vai trazer "problema" para a economia. A declaração foi dada no programa 'Brasil Urgente', de José Luiz Datena, na TV Bandeirantes.

Pressionado pelo Congresso a tirar do papel uma nova rodada

de gastos, Bolsonaro disse "achar" que vai ter a retomada de pagamento do benefício. "Está sendo estudada uma linha de corte", afirmou.

Pela legislação brasileira, a

despesa entra no cálculo do resultado primário (as receitas com a arrecadação de impostos menos as despesas, antes do pagamento de juros). Em 2020, com o chamado orçamento de

500 por iniciativa dos parlamentares, Bolsonaro autorizou que ficasse em R\$ 600. Foram cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300. No fim de janeiro, Bolsonaro descartou uma nova rodada do auxílio com o argumento de que, se aprovada, a medida "quebraria o Brasil". "Lamento, o pessoal quer que continue, vai quebrar o Brasil. Vem inflação, descontrola a economia, vem um desastre atrás disso aí. E todo mundo vai pagar caríssimo. E temos de trabalhar", disse o presidente em transmissão ao vivo nas suas redes sociais. / EMILLY BEHNKE E DANIEL GALVÃO

governo teria de compensar o gasto extra por meio de aumento da arrecadação ou mudar a meta fiscal, que prevê um rombo de R\$ 247,1 bilhões.

guerra, as regras fiscais foram suspensas e o governo não precisou cumprir a meta fiscal e pode ampliar os gastos.

A edição de um crédito extraordinário é considerada a saída

mais pragmática, mas tem ainda pontos de dúvidas em relação à exigência de imprevisibilidade para esse tipo de crédito ser aberto pelo governo. A dúvida a ser esclarecida é: a prorrogação do auxílio era ou não previsível?

Guedes tem defendido atrelar o auxílio a medidas de corte de despesas e também à aprovação de uma cláusula de calamidade que permitiria que as regras fiscais fossem suspensas enquanto ela estiver em vigor.

Para o coordenador do Observatório Fiscal da Fundação Getúlio Vargas, Manoel Pires, é possível fazer o auxílio por crédito extraordinário. "Algumas pessoas entendem o mecanismo de forma mais restritiva, mas deve prevalecer o entendimento mais flexível. A questão da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é que o programa tem de obedecer à meta fiscal. A compensação se daria por acréscimo de receita ou corte de despesa."

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: 'Por auxílio, CPMF pode voltar com duração limitada' **Impacto:** Neutro

ENTREVISTA

Roberto Rocha, presidente da comissão mista de reforma tributária

'Por auxílio, CPMF pode voltar com duração limitada'

BRASÍLIA

- ♦ O senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da comissão mista da reforma tributária do Congresso, avalia que a necessidade de retomada do auxílio emergencial pode acabar favorecendo a discussão de uma nova CPMF com "finalidade específica e duração limitada".
- ♦ Rocha admite, no entanto, que é contrário à discussão da CPMF na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma tributária porque o entendimento sobre a volta do novo tributo ainda está muito longe, e pode contaminar o que já foi construído como consenso.

● O sr. disse que a CPMF não

tem de ser tratada na reforma tributária. Por quê?

Porque já temos um consenso em relação à unificação dos impostos sobre a base de consumo. Temos de fazer uma reforma possível e que gere os resultados esperados. O entendimento sobre o retorno da CPMF ainda está muito longe, no âmbito da reforma tributária, e por isso pode contaminar o que já foi construído como consenso.

● O sr. acha que tem ambiente político para a CPMF?

O prolongamento da pandemia preocupa a todos. É evidente a necessidade de continuar fornecendo algum tipo de suporte aos mais diretamente afetados. Há meses observa-

mos tentativas de se encontrar fontes para viabilizar esse auxílio emergencial, porém, até o momento, nenhuma logrou êxito. Talvez esse contexto favoreça uma nova discussão sobre CPMF, com finalidade específica e duração limitada.

● O sr. aposta na reforma tributária ainda este ano? Mesmo com a administrativa tomando a dianteira?

Acredito que há espaço para as duas matérias tramitarem em paralelo, pois uma trata da forma que o governo arrecada seus tributos e a outra pretende melhorar a forma que ele gasta os recursos arrecadados. Ou seja, não são matérias conflitantes, mas complementares. Ambas são importantes. Agora, se você me perguntar qual é a mais importante e urgente para o País, eu te afirmo, com toda convicção, que é a tributária.

● Qual o futuro da comissão mista da reforma tributária?

Já está pactuado com os presidentes do Senado e da Câmara que a comissão mista concluirá seus trabalhos dentro do



Tributos. Para Rocha, CPMF teria 'finalidade específica'

prazo previsto. Os próximos passos são a apresentação do relatório pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro; a concessão de vistas coletivas e de alguns dias para apresentação de sugestões pelos membros; a análise das sugestões recebidas pelo relator, e sua eventual inclusão no relatório; e, por fim, a votação do relatório na comissão.

● Há dúvidas se Câmara e Senado vão votar separadamente o

projeto. Como será a tramitação depois da apresentação do relatório já que a comissão mista não tem caráter regimental? Há três caminhos possíveis para o relatório após sua aprovação na comissão mista: dar origem a uma nova PEC; ser apresentado pelo Aguinaldo (Ribeiro) como relatório da PEC 45 (a proposta da Câmara), uma vez que ele é o relator na comissão especial, na Câmara; ou ser apresentado por mim como relatório da

PEC 110, uma vez que sou o relator dessa PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

● O sr. trabalhou nos bastidores para a comissão ser mantida e o relator também. Mas na Câmara ainda há resistências. Isso pode mudar?

Trabalhei porque acredito que o conhecimento acumulado ao longo da tramitação das PECs 110 e 45, assim como na comissão mista, não pode ser perdido.

● A proposta do Senado virou um pouco o patinho feio da reforma no ano passado. Mas isso pode mudar?

O momento não é mais de comparar PEC 110 e PEC 45. Ambas as propostas têm o mesmo chassi: a unificação dos impostos sobre o consumo no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e um imposto seletivo sobre atividades que se deseja desestimular o consumo. O momento, portanto, é de conciliar o que há de diferente para gerar uma carroceria compatível com as necessidades do país. / A.F.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Sócios do BV querem IPO de até R\$ 3,5 bi em março **Impacto:** Neutro

B2 | Economia | TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

coluna do
broadcast

Sócios do BV querem IPO de até R\$ 3,5 bi em março

Os sócios Banco do Brasil e família Ermirio de Moraes deram novos passos para levar o BV, antigo Banco Votorantim, à Bolsa. O plano é dar largada à oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) ainda no primeiro semestre, possivelmente em março. O volume de recursos a ser levantado pode ficar entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3,5 bilhões, a depender da demanda dos investidores. O valor da captação e outros detalhes como, por exemplo, a fatia que será vendida por cada sócio ainda estão em discussão. A perspectiva, porém, é de captar quantia inferior à estimada antes de a pandemia obrigá-los a engavetar a operação, por conta das condições adversas de mercado. Na ocasião, a ideia era empregar uma oferta inicial de cerca de R\$ 5 bilhões.



» **Valoriza.** Entre os acionistas, se discute a possibilidade de vender menos do negócio agora, abrir capital e ofertar fatia adicional no futuro. A estratégia visa conseguir melhor retorno sobre o banco, considerando o potencial de crescimento e o fato de ele estar capitalizado.

» **Vamos ver.** Vale lembrar que o Ministério da Economia tem pressa e quer deslanchar as privatizações no governo Bolsonaro. Nesse sentido, a orientação dos assessores financeiros deve pesar. Como há muitas ofertas na fila, os sócios do BV querem sentir o fôlego do mercado. Assim, até mesmo a ideia da oferta de R\$ 5 bilhões poderia ser retomada, a depender do apetite dos investidores e das condições do mercado.

» **Letras pequenas.** A proposta de mudança do estatuto da Vale, que mexe com as regras para eleição de conselheiros, passará pela lupa da associação que representa os investidores minoritários, a Amec. A ideia é que um conselheiro só seja eleito quando o número de votos favoráveis que receber supere os votos contrários. Nas empresas de capital aberto, os votos contra são, de maneira geral, considerados nulos. A mudança seria válida para a assembleia de acionistas, em abril.



» **Tique-taque.** Para a Amec, que reúne 60 investidores institucionais, locais e estrangeiros, com mandatos de investimento no mercado brasileiro de ações de R\$ 700 bilhões, a mudança dá o poder de veto ao acionista de referência. Seria uma iniciativa inédita no País. A reunião está agendada para hoje.

» **E aí.** Na reunião, segundo o presidente da Amec, Fábio Coelho, os associados da entidade vão olhar o assunto diante da preocupação de que a novidade crie precedentes, com a possibilidade de mais empresas mudarem o estatuto para prever a contabilidade do voto contra. "Por se tratar de uma inovação, não sabemos quais seriam todas as consequências para as deliberações de empresas com base acionária mais complexa. E isso poderia prejudicar a eleição nos conselhos", diz ele.

EMAIL: COLABORADOR@ESTADAO.COM
TWITTER: @COLABORADOR

» **De olho.** Investidores estrangeiros, caso do Capital Group, que já são maioria no capital da mineradora brasileira, estão atentos ao assunto. Ano passado, aliás, estrangeiros pediram à Vale que a eleição de conselheiros não fosse mais feita com uma "chapa". Ao atender o pedido e fazer a mudança, a Vale instaurou o uso do voto contrário e trouxe essa insatisfação. Procurada, a Vale não comentou.

» **Procura-se.** Em meio à falta de mão de obra em tecnologia e dizendo-se uma empresa da área, a XP resolveu buscar 100 profissionais seniores de engenharia de software de fora dos grandes centros, especialmente no Norte e Nordeste.

» **Pá pum.** O processo é feito no modelo contratação relâmpago: elimina etapas de seleção e escolhe os profissionais sem necessidade de entrevistas presenciais.

» **Liquidez.** A gestora de recursos Brio Investimentos, especializada no mercado imobiliário, acaba de captar R\$ 150 milhões em seu novo fundo privado. Os recursos serão emprestados para as incorporadoras usarem como quiserem, podendo bancar desde compra de terrenos, até aquisição de outorgas, capital de giro ou andamento das obras.



» **Brecha.** A abordagem "agnóstica" pretende ocupar um buraco deixado pelos bancos, que têm linhas apenas para financiar a construção, sem atender outras etapas da empreitada. Isso dificulta o trabalho das incorporadoras de pequeno e médio porte.

» **Tem mais.** Os sócios da Brio planejam captar R\$ 500 milhões dentro do fundo nos próximos dois a três anos. A expectativa é de um cenário duradouro de juros baixos, que permitirá o surgimento de novos fundos. Eles ofereceriam então opções de financiamentos customizados às incorporadoras.

ALINE BRONZATI, ANDRÉ ÍTALO ROCHA,
FERNANDA GUIMARÃES, CIRCE BONATELLI
E FELIPE LAURENCE

Opinião

Custos garantidos com benefícios incertos

CLAUDIO SALES E
ALEXANDRE UHLIG

O aumento da concentração de gases de efeito estufa (GEEs) na atmosfera é um dos principais desafios globais. A fim de atender aos compromissos do Acordo de Paris, os países signatários têm buscado formas de viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono. Entre as estratégias estudadas, a "precificação de carbono" — que atribui um valor às emissões de gases de efeito estufa — vem sendo crescentemente discutida nos principais fóruns econômicos e socioambientais internacionais. No Brasil, a atenção direcionada à precificação de carbono também se intensificou nos últimos anos. No âmbito do setor elétrico, a Medida Provisória (MP) n.º 998, editada em setembro de 2020, criou o contexto para a discussão desta política. Embora não faça referência direta à precificação de carbono, a MP 998 determinou, entre outras medidas, a observação de critérios de emissões de gases de efeito estufa no planejamento da expansão da oferta de eletricidade.

No entanto, é necessário levar em conta as características que tornam o setor elétrico brasileiro praticamente único no mundo para que possa ser avaliado o equilíbrio entre custos e benefícios de uma eventual política de precificação de carbono.

O Brasil integra o grupo dos dez maiores países emissores de gases de efeito estufa, mas, diferentemente da maioria dos seus pares, tem um setor elétrico com baixa emissão de carbono: com participação de fontes renováveis superior a 80%, o parque de geração de eletricidade nacional responde por menos de 2% das emissões totais do País.

Uma participação tão pequena do setor elétrico em relação ao total das emissões brasileiras limita os potenciais benefícios da precificação de carbono a partir desse setor.

Além disso, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) — órgão governamental responsável pelo planejamento da oferta de energia —, as perspectivas da expansão da oferta, que incluem a gradual substituição dos óleos diesel e combustíveis para o gás natural, indicam que, nos próximos dez anos, a produção de eletricidade deve emitir ainda menos carbono do que atualmente.

A matriz elétrica brasileira é formada em grande parte por usinas eólicas, solares e hidrelétricas sem reservatórios de acumulação, todas com baixíssima ou nenhuma produção de GEEs. São fontes variáveis de geração, pois dependem da disponibilidade momentânea de recursos naturais (vento, radiação solar e água, respectivamente) para serem acionadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A garantia do fornecimento de eletricidade nos momentos em que a demanda supera a geração das usinas variáveis depende de fontes despacháveis sob demanda (que podem ser acionadas a qualquer momento), e, entre as tecnologias disponíveis, termelétricas a gás natural apresentam bom equilíbrio entre custo e desempenho socioambiental.

Portanto, apesar da elevada penetração de fontes renováveis, a participação de fontes fósseis permanecerá relevante para garantir a segurança operacional do setor, independentemente da política de preços que vier a ser adotada.

Precificação de carbono no setor elétrico do Brasil pode encarecer tarifa sem reduzir o total de emissões de GEEs

Isso significa que um eventual mecanismo de precificação de carbono abrangendo o setor elétrico representaria um custo adicional para a tarifa de eletricidade sem que haja uma redução no total de emissões de GEEs no País. Cabe, ainda, lembrar que a tarifa de energia já embute uma carga de 48% de tributos e encargos, segundo estudo recente da PwC em parceria com o Instituto Acende Brasil.

Cada vez mais propalada internacionalmente, a política da precificação de carbono não deve ser importada para o setor elétrico brasileiro sem que antes sejam avaliadas as características que fazem do nosso conjunto de usinas um exemplar modelo de geração de energia com baixa emissão de carbono. Caso contrário, corre-se o risco de criar mais um mecanismo que onera o consumidor sem a obtenção dos benefícios pretendidos.

* SÃO PRESIDENTE E DIRETOR DE ASSUNTOS SOCIOAMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL. SITE: WWW.ACENDEBRASIL.COM.BR

Editorial Econômico

Depois da alta, saldo da poupança começa a cair



O fato de janeiro ser, tradicionalmente, um mês de saques maiores do que depósitos nas cadernetas de poupança por causa das despesas extras no início de ano somou-se, em 2021, ao fim do pagamento do auxílio emergencial que

beneficiou mais de 60 milhões de pessoas nos meses que se seguiram ao início da pandemia. O resultado foi a saída recorde de recursos da aplicação mais procurada pela população, após dez meses consecutivos de captações. Em janeiro, as cadernetas registraram retirada de R\$ 18,154 bilhões, o maior volume para um único mês desde janeiro de 1995, quando o Banco Central iniciou o registro dessas operações. O recorde anterior tinha sido alcançado um ano antes: em janeiro de 2019, as retiradas líquidas alcançaram R\$ 12,356 bilhões.

Em janeiro, os brasileiros depositaram R\$ 244,908 bilhões e sacaram R\$ 253,062 bilhões das cadernetas, daí resultando a retirada recorde. No fim do mês, o saldo total dos depósitos era de R\$ 1,019 trilhão.

No início do ano, os orçamentos familiares são onerados com despesas especiais, como o recolhimento de impostos (IPTU e IPVA) e gastos escolares, entre os quais compra de material e taxa de matrícula no caso de escolas particulares.

O aumento sazonal de gastos domésticos coincidiu, neste ano, com o

fim do pagamento do auxílio emergencial. O benefício começou a ser pago em abril, com o valor de R\$ 600; nos últimos meses, até dezembro, o valor foi reduzido para R\$ 300.

Os depósitos em caderneta de poupança foram fortemente impulsionados por esse benefício. Também a cautela de boa parte dos poupadores, preocupada com o trabalho e a renda no futuro, contribuiu para o aumento dos depósitos.

A fatia dessa modalidade de aplicação na carteira dos clientes dos segmentos de varejo tradicional e varejo

de alta renda passou de 40% no fim de 2019 para 42,9% no fim do ano passado. São dados divulgados pelo presidente do Fórum de Distribuição da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), José Ramos Rocha Neto.

"Sem o auxílio emergencial, talvez a poupança não consiga manter esses níveis de crescimento", previu Rocha, antes da divulgação dos números do Banco Central, pois ele já tinha dados mostrando que "a poupança já começa a ser consumida".

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: Petrobrás reajusta preços dos combustíveis **Impacto:** Neutro

Petrobrás reajusta preços dos combustíveis

Em meia à polémica sobre independência da estatal, ações da empresa têm queda

Fernanda Nunes
Denise Luna
Mariana Durão / EIO

Em meio a acusações de falta de transparência e de independência da Petrobrás para definir seus preços, a estatal anunciou ontem que o óleo diesel, a gasolina e o gás liquefeito de petróleo (GLP) vendidos em suas refinarias vão ficar mais caros a partir de hoje.

A decisão vem em linha com a recente alta da cotação da matéria-prima, o petróleo, e ainda ajuda a empresa a tentar dissipar dúvidas de que estaria contendo aumentos de preço para favorecer os caminhoneiros e evitar uma nova greve da categoria. Os caminhoneiros são grandes consumidores de diesel e

aliados do presidente Jair Bolsonaro, que chegou a defendê-los durante a paralisação de maio de 2018.

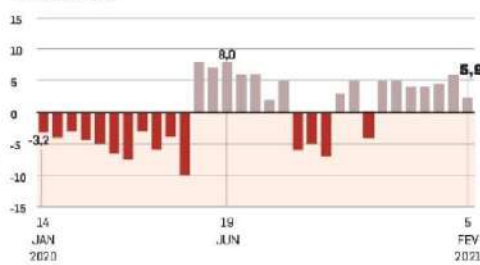
A partir desta terça-feira, o litro do diesel da estatal vai ficar mais caro R\$ 0,13; a gasolina, R\$ 0,17, e o quilo do gás de cozinha, R\$ 0,14. Os reajustes são respectivamente de 6%, 8% e 5%. O botijão de GLP de 13 kg é largamente usado pela população para cozinhar e, por isso, tem grande peso no cálculo da inflação.

Os questionamentos sobre a política de preços da Petrobrás surgiram na última sexta-feira, após a agência Reuters divulgar que a empresa mudou de três meses para um ano o prazo de acompanhamento da cotação do petróleo no mercado internacional para decidir se deve ou

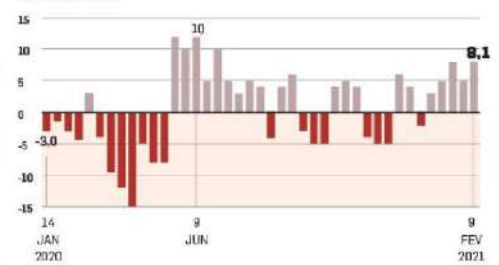
EM ALTA

● Petrobrás anuncia mais um aumento no preço da gasolina e do diesel, seguindo o avanço da cotação do petróleo no mercado global

Reajuste Diesel EM PORCENTAGEM



Gasolina EM PORCENTAGEM



Em queda

4,14%

Foi a queda registrada no pregão de ontem das ações ordinárias da Petrobrás; as preferenciais caíram 3,14%

Transparência. Em relatórios aos clientes, analistas de bancos sinalizaram que o momento é de cautela com a Petrobrás. A XP Investimentos disse que existem riscos cada vez mais elevados de a política de preços da estatal não obedecer referências internacionais.

Na mesma linha, o Bradesco BBI afirmou que "a empresa pode decidir vender diesel abaixo do mercado por maiores períodos de tempo" e que isso "pode atrasar a venda das refinarias, uma vez que qualquer decisão que afete os preços do diesel pode ter impactos na lucratividade dos ativos, afastando possíveis compradores".

A Petrobrás quer se desfazer de oito refinarias. Ontem, anunciou a conclusão das negociações da Rlam, na Bahia, com o fundo de investimentos dos Emirados Árabes, o Mubadala.

A principal crítica do mercado financeiro à companhia petrolífera é de que faltou transparência em sua comunicação, o que teria abalado a confiança de que possui, de fato, autonomia para tomar decisões que contrariem o governo, seu principal acionista.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado financeiro, afirmou ao *Estadão/Broadcast* que "acompanha e analisa as informações envolvendo as companhias abertas, tomando as medidas cabíveis, quando necessário." A autarquia destacou, no entanto, que não comenta casos específicos.

Pablo Renteira, advogado e ex-diretor da CVM, lembra que o artigo 157 da Lei das S.A. prevê a divulgação imediata de qualquer decisão da administração ou fato relevante que possa influir na decisão dos investidores de vender ou comprar títulos emitidos pela companhia, o que seria o caso de uma mudança na política de preços. / COLABORARAM RENATO CARVALHO E FELIPE LAURENCE

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 09/02/21 - Cidade/UF: DF

Título: Trabalhador que recusar vacina pode ser demitido por justa causa, diz MPT Impacto: Neutro

B6 | Economia | TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

BDO
Auditoria | Consultoria
#20ANOSBDO
www.bdo.com.br

Imunização para todos. Orientação do órgão, porém, é para que as empresas invistam em conscientização e lancem mão da medida somente em último caso; entendimento é de que uma decisão individual não pode colocar em risco a saúde dos demais empregados

Trabalhador que recusar vacina pode ser demitido por justa causa, diz MPT

Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Os trabalhadores que se recusarem a tomar a vacina contra a covid-19 sem apresentar razões médicas documentadas poderão ser demitidos por justa causa, de acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT). A orientação do órgão é para que as empresas invistam em conscientização e negociem com seus funcionários, mas o entendimento é de que a mera recusa individual e injustificada à imunização não poderá colocar em risco a saúde dos demais empregados.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, embora não possa forçar ninguém a se vacinar, o Estado pode impor medidas restritivas a quem se recusa a tomar o imunizante. Apesar de nenhum governo até o momento ter antuciado sanções aos negacionistas da vacina, essas medidas poderiam incluir multa, vedação a matrículas em escolas e o impedimento à entrada em determinados lugares.

Um guia interno elaborado pela área técnica do MPT segue o mesmo critério. "Como o STF já se pronunciou em três ações, a recusa à vacina permite a imposição de consequências. Seguimos o princípio de que a vacina é uma proteção coletiva. O interesse coletivo sempre vai se sobrepôr ao interesse individual. A solidariedade é um princípio fundante da Constituição", diz o procurador-geral do MPT, Alberto Balazeiro.

Ainda assim, a orientação do

MPT é de que as demissões ocorram apenas como última alternativa após reiteradas tentativas de convencimento por parte do empregador da importância da imunização em massa.

"Na questão trabalhista é preciso ter muita serenidade. A recusa em tomar vacina não pode ser automaticamente uma demissão por justa causa. Todos temos amigos e parentes que recebem diariamente fake news sobre vacinas. O primeiro papel do empregador é trabalhar com informação para os empregados", diz o procurador-geral.

Ele lembra que toda empresa precisa incluir em seu Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) o risco de contágio de covid-19 e considerar a vacina no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), a exemplo do uso de máscaras, que já se tornou obrigação básica no ambiente de trabalho desde o começo da pandemia.

"Não são meros protocolos de papel, eles têm que ser levados a sério. É obrigação do empregador ter o fator covid-19 como risco ambiental e a vacina como meio de prevenção. Ter planejamento é fundamental e gera a simpatia dos órgãos de fiscalização", recomenda.

Balazeiro enfatiza que a exigência da vacina no trabalho deve seguir a disponibilidade dos imunizantes em cada região e o Plano Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, que determina quais grupos têm prioridade na fila da vacinação.

A partir da disponibilidade da vacina para cada grupo, caberá



Jurisprudência. Direcionamento do MPT segue três decisões do Supremo sobre vacinas

● **Negociação**
"Sem uma recusa justificada (para o trabalhador não se vacinar), a empresa pode passar ao roteiro de sanções, que incluem advertência, suspensão, reiteração e demissão por justa causa. A justa causa é a última das hipóteses. O guia do MPT não é um convite à punição, mas à negociação."

Alberto Balazeiro
PROCURADOR-GERAL DO MPT

ao trabalhador comprovar a sua impossibilidade de receber o imunizante com a apresentação de laudo médico. Mulheres grávidas, pessoas alérgicas a componentes das vacinas ou portadoras de doenças que afetam o sistema imunológico, por exemplo, podem ser excluídas da vacinação. Nesses casos, a empresa precisará negociar para manter o funcionário em home office. "A saúde não se negocia quanto ao conteúdo, mas sim quanto à forma. Não posso negociar para que uma pessoa não use máscara, mas posso ne-

gociar se ela vai ficar em casa. O limite é a saúde, que é um bem coletivo", acrescenta.

Por isso, para proteger os demais funcionários, o empregador deve impedir a permanência no ambiente de trabalho de quem não se imunizar. "E sem uma recusa justificada, a empresa pode passar ao roteiro de sanções, que incluem advertência, suspensão, reiteração e demissão por justa causa. A justa causa é a última das hipóteses. O guia do MPT não é um convite à punição, mas à negociação e à informação. O que não pode é

Bolsonaro muda tom e passa a defender vacinação

● Em mudança de tom, o presidente Jair Bolsonaro atrelou ontem a retomada da economia à vacinação contra a covid-19. "Estamos fazendo o possível. Estamos preocupados com a vida. Se vacinar, a chance de voltarmos à normalidade na economia aumenta exponencialmente", disse o presidente em entrevista nesta tarde à 'Band'. Em ocasiões anteriores, ele havia minimizado a eficácia dos imunizantes, em especial a Coronavac. Hoje, porém, negou que tenha sido contra a vacina e citou inclusive que é favorável à vacinação da sua mãe de 93 anos. "Nunca fui contra a vacina sempre disse 'passou pela Anvisa, compra'", destacou. / EMILLY BEHNKE E DANIEL GALVÃO

começar com justa causa nem obrigar ninguém a trabalhar em condições inseguras."

Na demissão por justa causa, o trabalhador fica sem vantagens da rescisão, com direito apenas ao recebimento do salário e das férias proporcionais ao tempo trabalhado. Por outro lado, fica impedido de receber o aviso prévio e 13.º salário proporcional. Além disso, o empregador não precisa pagar a multa rescisória de 40% do FGTS, enquanto o trabalhador fica barrado de habilitar o seguro-desemprego e sacar o Fundo.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: BNDES e Santander lideram ranking social e ambiental de bancos **Impacto:** Neutro

BNDES e Santander lideram ranking social e ambiental de bancos

Feito pelo Idec e por instituições estrangeiras, guia utiliza parâmetros do universo ESG e aponta lenta melhora



Fernando Scheller
Fernanda Guimarães

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Santander são os líderes da nova edição do ranking socioambiental de instituições financeiras feito pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) em parceria com instituições internacionais. O relatório, a ser divulgado hoje, mostra avanço geral das nove instituições financeiras avaliadas em relação à última edição. No entanto, a média local ainda é ruim, diz Gustavo Pereira de Melo e Souza, pesquisador do Idec e um dos autores do estudo. "O cenário é de melhora gradual e muito lenta."

O guia joga luz em pontos sensíveis e que ganharam os holofotes por conta da pandemia, com a temática ESG (meio ambiente, sociedade e governança, na sigla em inglês) se tornando pauta obrigatória. Dentre os achados da atual edição está o fato de que a maioria dos ban-

cos não tem mulheres em seus conselhos e falham na equidade de gênero em suas equipes, a falta de políticas voltadas a reduzir de fato as mudanças climáticas e a transparência limitada sobre políticas de financiamento ao setor de armas.

Segundo o pesquisador do Idec, todos os bancos tiveram evolução em relação a 2018: as exceções foram dois bancos públicos, o líder BNDES e a Caixa Econômica Federal, 6.ª colocada. Entre todos os bancos pesquisados, o maior avanço foi o do BTG Pactual, que saiu da lanterna para a sétima colocação. O salto de 0,6 ponto porcentual da instituição, aponta Melo e Souza, foi reflexo da adoção dos Princípios do Equador para a seleção de projetos de crédito.

Os bancos foram selecionados por serem os maiores em ativos totais. Juntos, representam 78% dos ativos e 80% da carteira de crédito de conglomerados financeiros. Para realizar o guia, além da coleta de informações públicas, foram enviados questionários às instituições. A avaliação se estendeu de maio de 2020 a janeiro de 2021. O ranking é realizado em parceria com a Conexa Direitos Humanos, o Instituto Sou da Paz e a Proteção Animal Mundial.

Altos e baixos. Entre os pontos positivos para os bancos brasileiros, segundo o Idec, está a adesão dos bancos analisados ao Global Reporting Initiative



Fomento. BNDES lidera com folga lista brasileira do estudo

(GRI), com diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, além de produtos financeiros que visam a redução de gases do efeito estufa. Por outro lado, apenas Santander e Safra têm políticas sobre financiamento de armas. De forma geral, faltam políticas entre os bancos de inclusão da população LGBTQI+ e de pessoas com deficiência.

A paridade de gênero nas instituições, de maneira geral, é considerada ruim. Pesou contra o fato de a representatividade feminina nas diretorias não chegar a 30% em nenhum dos avaliados. Além disso, a maioria não informa quantos de seus diretores ou superintendentes são negros. Por fim, mais da metade dos bancos se quer publica políticas específicas para crédito a setores que têm forte impacto no ambiente, como petróleo e mineração.

Outro lado. Procurada, a Fede-

ração Brasileira dos Bancos (Febraban) disse que o setor bancário, nos últimos anos, lançou diversas iniciativas voltadas à sustentabilidade. A entidade destacou que estabeleceu diálogo com o Idec para ampliar engajamento nos próximos guias. O BNDES disse ter "grande satisfação" em ser o banco mais bem avaliado no estudo, mas frisou que ainda vê espaço para melhorar suas políticas.

O BB afirmou que "tem uma longa e sólida trajetória no tema e tem sido reconhecido continuamente por integrar a sustentabilidade na estratégia". O Bradesco disse que "tem como missão contribuir com o desenvolvimento sustentável" e com uma economia mais inclusiva. O BV diz ter criado um comitê de sustentabilidade, com participação de executivos e colaboradores, além de adotar uma nova estratégia ESG.

Os demais bancos não se pronunciaram.

RANKING SOCIOAMBIENTAL

● Guia mostra avaliação de políticas ambientais, de gênero, de inclusão financeira e de transparência, entre outros, de bancos brasileiros

INSTITUIÇÃO	NOTA	VARIACÃO SOBRE EDIÇÃO ANTERIOR EM P.P.* (2018)
BNDES	4,3	0
Santander	3,8	0,3
Banco do Brasil	3,5	0,3
Itaú	3,5	0,2
Bradesco	3,3	0,3
Caixa	3,3	0
BTG	2,6	0,6
BV (Votorantim)	2,5	0,1
Safra	2,3	0,2

*PONTOS PORCENTUAIS PONTE IICC

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Brasil ainda está bem longe do nível de 'primeiro mundo'

● Os bancos brasileiros ampliaram os cuidados com o meio ambiente, a sociedade e a governança, mas ainda estão aquém de práticas observadas no exterior. A nova edição do Guia dos Bancos Responsáveis, iniciativa presente em 13 países, liderada no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), mostra que o desempenho médio dos nove bancos, numa escala de 0 a 10, ficou em 3,2. Ou seja: um resultado "32% responsável", pequeno avanço de 2 pontos porcentuais em relação ao levantamento de 2018.

Apesar de, em termos práticos, o avanço ser tímido, o Idec aponta que, em meio à pandemia, au-

mentou a cobrança de investidores estrangeiros em relação ao meio ambiente, em especial a Floresta Amazônica, e os bancos passaram a ser mais claros em relação ao assunto.

Se em 2018 esse tema era uma nota de rodapé, em 2020 virou prioridade. "Houve avanço, mas ainda insuficiente para melhora da nota. Os bancos dão muita ênfase às questões operacionais, como a diminuição do uso da energia e criação de novos produtos, mas que são pequenos dentro de toda a cadeia do banco", diz o pesquisador do Idec e um dos autores do estudo, Gustavo Pereira de Melo Souza.

Além do Brasil, foram analisados países como Bélgica, Alemanha, Índia, Indonésia, Japão, Tailândia, Vietnã, Filipinas e Camboja. Holanda, Suécia e Noruega, com apenas os últimos três com notas acima de 5 / F.S. e F.G.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Dona do Magalu cria movimento por vacina **Impacto:** Neutro

B8 | **Economia** | TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Dona do Magalu cria movimento por vacina

Grupo quer agilizar trâmites para imunizar 70% da população brasileira até setembro

Fernando Scheller

A empresária Luiza Trajano, do Magazine Luiza, lança hoje um amplo movimento empresarial visando a agilização da vacinação da população brasileira contra a covid-19 como ferramenta de reativação da economia. Ao contrário de mobilizações anteriores de empresas, que tinha por objetivo a imunização de funcionários, este grupo será focado na vacinação via rede pública, respeitando os grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde.

A meta, segundo apurou a reportagem, é ajudar a reduzir os "gargalos" para agilizar a com-

pra, o transporte, a distribuição e a aprovação de imunizantes no País, mas sem fazer aquisição direta de vacinas.

Neste momento, o grupo envolvido na criação está terminando de angariar nomes para apoiar a campanha, que terá forte movimento de divulgação, mas a intenção é que seja uma frente ampla, que incluirá empresários e entidades de classe. A ideia é pregar a vacinação de uma parte significativa da população – entre 60% e 70% – até agosto ou setembro.

Segundo apurou a reportagem, líderes de empresas como Suzano, Whirlpool e Volkswagen e Gol já teriam aderido à mobilização de Luiza Trajano. O

Instituto de Desenvolvimento do Varejo (IDV), que Luiza já presidiu, também estaria no barco.

Todo o setor produtivo, de acordo com uma pessoa próxima às conversas entre os empresários, acredita que a questão da vacinação está caminhando muito lentamente no País.

O Brasil, até o fim de semana, havia vacinado 3,5 milhões de pessoas com a primeira dose dos imunizantes Coronavac e AstraZeneca. Conforme mostrou reportagem do Estadão, no ritmo em que a vacinação contra a covid-19 é conduzida atualmente, o País levaria mais de quatro anos para ter toda a sua população imunizada.

O cálculo é do microbiologis-

ta da Universidade de São Paulo (USP) Luiz Gustavo de Almeida. Ele lembrou que, durante a campanha de vacinação contra a gripe, em março do ano passado, já em plena pandemia do novo coronavírus, os municípios brasileiros vacinavam até 1 milhão de pessoas por dia. Atualmente, a média de imunizações diárias é de um quinto disso, ou 200 mil pessoas.

Compra direta. Há duas semanas, um movimento liderado pelo grupo Coalização Indústria, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), anunciou que estava negociando vacinas diretamente com fornecedores, com o objetivo de

usar parte dos imunizantes para vacinar seus funcionários e a outra parte para doar para o Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, duas das fontes de doses citadas pelo grupo, a AstraZeneca e o fundo BlackRock, negaram que as negociações estariam em curso.

O intuito do movimento angariado por Luiza, no entanto, seria outro. Na última semana, conforme informou uma fonte próxima à organização do grupo, os empresários foram divididos em linhas de trabalho, com cada uma delas analisando os passos necessários para que a vacina chegue à população.

Em um dos grupos, foi analisada a disponibilidade de vaci-

PARA LEMBRAR

Empresas veem desorganização

Entidades de classe e empresários de todo o Brasil apontam o imprevisto no processo de vacinação, conforme mostrou reportagem do Estadão em janeiro. "A sensação é que há muito imprevisto. E isso assusta", disse Pedro Passos, fundador da Natura. Já outro empresário, que pediu anonimato, criticou a lentidão em garantir imunizantes. "Com a quantidade de vacinas que temos, o governo consegue dar conta de distribuir sozinho."

nas. E a conclusão de um empresário ouvido pelo Estadão é de que, sim, há imunizantes suficientes para o País vacinar entre 60% e 70% da população até setembro.

Além das compras já firmadas com a Sinovac, para importação e fabricação local da Coronavac, e do acordo com a AstraZeneca, a fonte afirmou que há também negociações com a Pfizer, a Jansen (braço da Johnson & Johnson) e a Sputnik em curso. Caso as amarras regulatórias, de transporte e de fornecimento dessas doses possam ser destravadas com a ajuda da iniciativa privada, os envolvidos no grupo garantem que haverá doses suficientes para o Brasil.



Campanha. Luiza Trajano angaria líderes empresariais para organizar vacinação no País

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 09/02/21 - Cidade/UF: SP

Título: Valorização de ações se iguala a crash de 1929 e cria 'sinuca' para investidor Impacto: Neutro

A14 TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ★★

mercado

Valorização de ações se iguala a crash de 1929 e cria 'sinuca' para investidor

Com estímulos sem precedentes de bancos centrais, Bolsa de NY atinge nível pré-Depressão

Fernando Canzian

SÃO PAULO No fim de janeiro, a AMC Theatres, maior cadeia global de cinemas, emitiu 44,4 milhões de ações e levantou US\$ 600 milhões no mercado. Radicalmente afetada pela pandemia, seus papéis valem hoje mais do que há um ano, quando os cinemas estavam cheios.

No fim de 2020, a Carnival Cruise, líder em cruzeiros, captou US\$ 4,5 bilhões em novas ações e títulos num ambiente de receitas próximas de zero. Em maio, a Hertz, vice-líder em aluguel de veículos, entrou em recuperação judicial, e suas ações saltaram 900%.

A Apple demorou anos para atingir US\$ 1 trilhão em valor de mercado, em 2018. Mas terminou o difícil 2020 valendo US\$ 750 bilhões a mais.

Tudo somado, o valor das ações de empresas negociadas globalmente nas Bolsas supera agora US\$ 100 trilhões, um recorde histórico.

Há uma pergunta de bilhões de dólares no ar: estariam os preços de ações e títulos "desafiando a gravidade", posicionando as Bolsas globais na antessala do estouro de uma "bolha"?

Há alguns trimestres, sobretudo após a pandemia embaralhar o futuro, muitos investidores vêm tolerando manter ou comprar papéis de empresas cujo valor pode não mais refletir seu patrimônio ou a geração de caixa.

O mais respeitado indicador para o cálculo do preço de uma ação (o "cape ratio - cyclically adjusted price/earnings ratio", criado por Robert Schiller, Prêmio Nobel de Economia) divide o seu valor presente pela média do lucro da empresa, ajustado à inflação, nos dez anos anteriores.

Se o índice é muito alto, significa que as ações estão caras em relação aos lucros, permitindo antes anos de retorno medíocre à frente.

No fim de 2020, o índice equivalia a 33 no conjunto das ações do S&P 500 da Bolsa de Nova York, uma espécie de "termômetro" do mercado global — projetando rendimento de 3%.

As duas únicas vezes em que o indicador ficou acima de 30 foram em 1929 e no biênio 1999-2000 — anos do crash da Bolsa de Nova York, que precedeu a Grande Depressão, e do estouro da chamada "bolha da Internet", respectivamente.

+ **TESLA ANUNCIA COMPRA DE US\$ 1,5 BI EM BITCOIN, E CRIPTOMOEDA DISPARA**

A montadora também anunciou nesta segunda (8) que no futuro próximo poderá aceitar a criptomoeda em pagamento por seus produtos, o que causou uma disparada de 10% em sua cotação, para até US\$ 43.780 pela manhã. A companhia agora está autorizada a investir caixa em "ativos digitais", ouro, cotas de fundos de investimento no metal e outros ativos, de acordo com balanço divulgado nesta segunda. O fundador da companhia, Elon Musk, já mostrou que se interessa pelo bitcoin. No mês passado, ele mudou sua biografia no Twitter para "#bitcoin", o que gerou uma alta na criptomoeda. O bitcoin acumula valorização de quase 50% neste ano, após ganhos de mais de 300% em 2020.

A diferença fundamental entre as duas crises nas Bolsas globais e hoje é que vários bancos centrais, sobretudo o americano (Fed, o Federal Reserve) e o europeu (BCE), vêm injetando dinheiro em escala sem precedentes no mercado para manter as taxas de juro em níveis historicamente baixos ou negativos (menores que a inflação).

O resultado tem sido a redução no apetite dos investidores em comprar títulos de Estados soberanos, mais seguros (pois eles não quebram facilmente), mas que hoje não rendem nada ou dão prejuízo — pagando juros inferiores à inflação.

Mesmo no Brasil altamente endividado, mas por influência do cenário externo, enquanto a taxa básica de juros está fixada em 2% ao ano, a inflação oficial em 2020 foi de 4,52%. Muitos investidores conservadores, que aplicam exclusivamente em papéis do Tesouro, perderam dinheiro no ano passado.

Assim, os investidores têm recorrido a aplicações mais arriscadas, como ações, títulos de empresas, ouro e outros ativos. Eles correm risco para melhorar seus rendimentos.

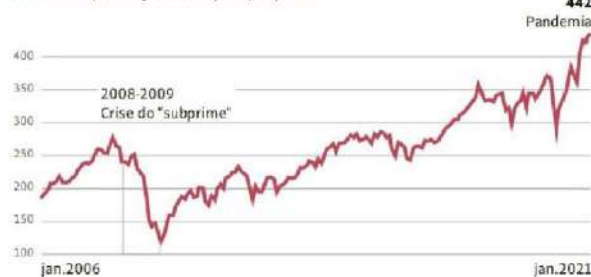
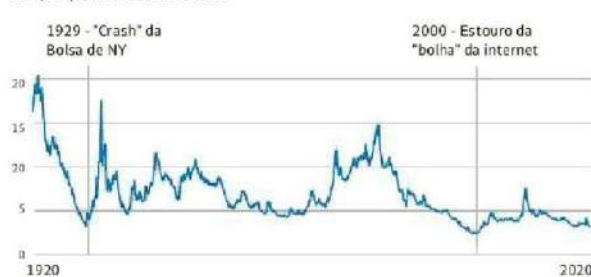
Nos EUA, maior economia do mundo, a pandemia levou o Fed a interromper um lento processo de retirada desses estímulos monetários que mantém os juros baixos, adotados desde a crise financeira de 2008/2009.

Mesmo durante o refluxo do Fed, o mercado continuou subindo, refletindo um crescimento econômico robusto. Com a pandemia e a paralisação abrupta das atividades, o Fed voltou à carga: o total de papéis de empresas e outros ativos adquiridos pelo banco central americano, que significam, na prática, injeção de dinheiro na economia, pulou de US\$ 4,1 trilhões em fevereiro de 2020 para US\$ 7,4 trilhões na semana passada.

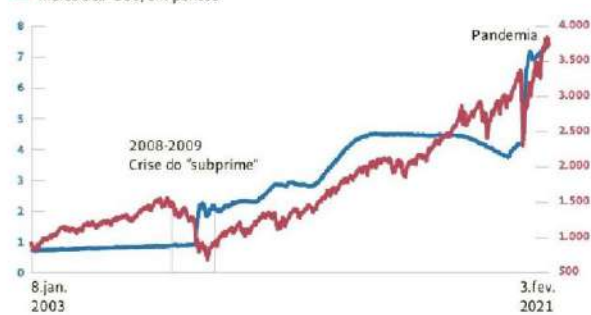
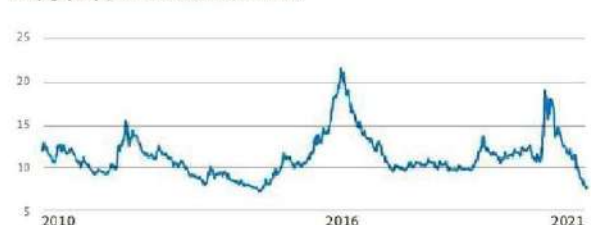
Para reforçar a estratégia, o Fed diz que manterá sua principal taxa de juros entre zero e 0,25% ao ano até que a economia alcance o pleno emprego. E promete não mexer nisso antes que a inflação ultrapasse 2% ao ano "por algum tempo".

O banco central americano reiterou ainda que continuará comprando US\$ 120 bilhões ao mês em papéis de empresas, até que haja "progresso substancial" na economia.

Risco de "bolha" no mercado

Índice global de ações bate recorde
FTSE All World, com empresas de 50 países, em pontos"Cape ratio" mostra retorno por ação menor*
Em %, companhias listadas no S&P 500

Estímulo recorde do BC dos EUA impulsiona Bolsa

Injeção de liquidez do Fed, em US\$ trilhões
Índice S&P 500, em pontosEmpresas mal avaliadas captam barato
Juro pago para papéis classificados 'CCC', em % anual

* Comparação entre preço corrente de ação e ganhos das empresas nos dez anos anteriores — linha invertida. Fontes: FTSE All World e Iice Data Services Federal Reserve Bank of St. Louis, Índice S&P 500 e Robert J. Schiller

Tudo isso representa a continuidade da enxurrada de dinheiro.

Nesse fluxo, as companhias norte-americanas puderam captar em 2020, ano teoricamente difícil, US\$ 342 bilhões com a venda de novas ações, 76% mais que em 2019.

Outros US\$ 2,3 trilhões, um recorde, foram embotados com a venda de títulos ("bonds"/dívida), 60% a mais que em 2019, segundo a Securities Industry and Financial Markets Association.

A quantidade de dinheiro disponível é tamanha que mesmo companhias mal avaliadas por agências de classificação (com notas "CCC") captam recursos, vendendo papéis, aos juros mais baixos da história para seu padrão: menos de 7,5% ao ano.

A venda desse papelório e a valorização das Bolsas ocorrem apesar do mau desempenho das empresas globais no ano passado — outro sinal que põe algumas orelhas em pé.

Para Robert Buckland, estrategista-chefe do Citigroup, os mercados vêm desafiando os fundamentos econômicos há pelo menos um ano.

Pelos seus cálculos, o lucro das empresas globais listadas em Bolsa caiu cerca de 15% em 2020 — um resultado muito ruim diante da previsão de ganhos de 10% que havia no começo daquele ano.

"Apesar das perdas, as ações globais subiram 18%. A Nasdaq [das empresas de tecnologia], 51%. É quase como se a pandemia nunca tivesse acontecido."

A resposta a quem indaga se há ou não uma "bolha" prestes a estourar depende, portanto, de outra pergunta: por quanto tempo os bancos centrais despejarão dinheiro e manterão juros próximos de zero ou negativos, empurrando investidores para ativos de risco?

O cenário pode mudar principalmente se as economias americana e europeia se recuperarem mais rapidamente da pandemia; e mostrarem sinais de reaquecimento e de inflação.

Isso obrigaria seus bancos centrais a subir os juros, tornando os títulos estatais (mais seguros) novamente atrativos, murchando o mercado acionário.

Na semana passada, a inflação média anual implícita pelos próximos dez anos em alguns títulos do Tesouro norte-americano atingiu 2,2%, ante 1,6% em novembro. Trata-se da expectativa mais alta desde 2014.

Preocupações com a inflação nos Estados Unidos também vêm do gigantesco pacote de infraestrutura perseguido pelo presidente democrata Joe Biden (que elevará a demanda por bens e serviços) e de sua meta de dobrar, para US\$ 15 por hora, o valor do salário mínimo.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 09/02/21 - Cidade/UF: DF
Título: Governo quer que patrão pague curso ao contratar quem receber novo auxílio Impacto: Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2021 A15

mercado

Governo quer que patrão pague curso ao contratar quem receber novo auxílio

Medida seria forma de compensar inclusão na empresa de um funcionário com encargos reduzidos dentro da Carteira Verde e Amarela

Bernardo Caram e Thiago Resende

EU ACHO QUE VAI TER PROBLEMA COM O BENEFÍCIO, AFIRMA BOLSONARO. Em entrevista à TV Bandierantes, o presidente disse, porém, que o número de pessoas beneficiárias será menor do que em relação ao ano passado.

BRASÍLIA. No modelo em estudo para a criação do BIP (Bônus de Inclusão Produtiva), que substituiria o auxílio emergencial, o governo avalia exigir que as empresas forneçam curso de qualificação ao contratar beneficiários do programa. A medida seria uma forma de compensação dada pela companhia pelo fato de estar incluindo em seus quadros um funcionário com encargos trabalhistas reduzidos, dentro da Carteira Verde e Amarela.

Como mostrou a Folha, o governo está preparando uma proposta que libera três parcelas de R\$ 200, com foco nos trabalhadores informais não atendidos pelo Bolsa Família. A ideia é que o recebimento possa ser associado ao fornecimento de um curso aos beneficiários, que, na maioria, tem baixo nível de qualificação. Um dos modelos desenhados pelo Ministério da Economia previa parcerias com órgãos do Sistema S, que seriam responsáveis por oferecer os treinamentos. No entanto, seria necessária uma rede bem mais ampla para atender às 30 milhões de pessoas que devem receber o BIP.

Um exemplo foi a medida adotada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) que buscou exigir curso de qualificação profissional a quem pedisse o desemprego pela segunda vez em dez anos. Mas, sem uma ampla oferta de vagas, por exemplo, no Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), a ideia gerou pouco efeito na criação de novos empregos desde 2013. Isso porque, sem oferta por entidade pública, o benefício é concedido sem a obrigatoriedade de curso técnico.

O Pronatec recebeu de quase R\$ 47 bilhões em 2015 para uma previsão de R\$ 100 milhões nos três anos seguintes. Também em 2015, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-PA), decretou a suspensão da aplicação do auxílio emergencial — ou outro programa de assistência social durante a pandemia — à aprovação de medidas de ajuste fiscal pelo Congresso.

Nessa possibilidade, os beneficiados pelo BIP receberiam três parcelas de R\$ 200 enquanto procuram um emprego. Eles seriam autorizados a assinar contratos sob o modelo flexível da Carteira Verde e Amarela, que permitiria o trabalho por hora e teria encargos reduzidos. Ao encontrar a vaga, essa pessoa teria de passar por um curso na empresa. O ônus do treinamento ficaria a cargo do empregador, sem custo ao funcionário. Há a possibilidade de que o curso seja focalizado em pessoas mais jovens, assim como a redução dos encargos na Carteira Verde e Amarela. O desenho do BIP no entanto, prevê o pagamento das parcelas de R\$ 200 para informais de todas as idades. A movimentação da equipe econômica para criar um programa vinculado a contrapartidas é um tentativa de evitar que o Congresso aprove uma liberação direta de recursos para o auxílio emergencial.

Parlamentares já sinalizam que podem criar a assistência mesmo que não haja corte de gastos em outras áreas. A proposta do ministro Paulo Guedes (Economia) busca condicionar esse gasto extra com o benefício ao corte de despesas do governo. Para isso, vai propor a inclusão de uma cláusula de calandragem pública na PEC (proposta de emenda à Constituição) do pacto federativo, que retira amarras do Orçamento e traz gatilhos de ajuste fiscal.

Condicionar benefício a treinamento é ideia sádica e inoperante

OPINIÃO Marcos Augusto Gonçalves

SÃO PAULO. Reportagem desta Folha revelou no domingo (7) que o governo federal prepara um plano para liberar três parcelas de R\$ 200 para trabalhadores informais não atendidos pelo Bolsa Família. Os detalhes expostos sugerem uma proposta séria e pretensamente metida a esperar. O BIP (Bônus de Inclusão Produtiva), como se chama a coisa, prevê que, para receber o auxílio, a pessoa terá de participar de um curso de qualificação profissional. Mas, qual curso? Para as atividades para as quais supostamente esses brasileiros excluídos teriam demonstrado habilidades ao longo da vida? Será contratado um general especializado em logística para organizar a entrega dessa receita?

Quem vai oferecer o curso? O sistema público? Uma parceria com a iniciativa privada? Será presencial ou a distância? Na opção pela segunda hipótese, certamente a mais adequada diante da pandemia, estaria prevista a doação de celulares com 4G para os vulneráveis consigam receber as aulas? Ou se rá por telepatia?

Se a ideia é dificultar o acesso ao dinheiro, o projeto começa muito bem. A tortura humilhante de obrigá-los a lidar com o monopólio da Caixa acrescenta-se agora a novidade educativa inútil. Além disso, a mensagem para os indivíduos dessa massa desprotegida é que estão desamparados porque não estudaram, não fizeram reciclagem profissional — e não pelo fato de que vivem num país de tremendas desigualdades em meio a recessão sem fim e crise sanitária sem precedentes.

No capítulo falsa esperança, a equipe econômica quer condicionar o gasto com o benefício a um corte de despesas em outras áreas. Para que o dinheiro venha a ser destinado aos beneficiários, o Congresso teria que aprovar uma PEC com medidas duras para reduzir amarras do Orçamento e instituir gatilhos de ajuste fiscal. O truque sérdido é, na verdade, também pueril: é usar os miseráveis como reféns para convencer parlamentares a engolirem a emenda. Em meio ao impressionante repertório de disparates do governo Jair Bolsonaro e do ministro Paulo Guedes, nada mais surpreende.

PAINEL S.A.

Silêncio

Depois de quase sete anos no cargo, Milton Rego deixou a presidência-executiva da Abal (associação do setor de alumínio), que reúne empresas como Alcoa, Norsk Hydro, Novelis e CBA. Ele pretende publicar um texto na internet nesta terça-feira (9) questionando a postura de associações e empresas que se recusam a falar de política e criticar governos, mas ao mesmo tempo querem ser ouvidas nas discussões setoriais. "Me parece que há uma contradição aí", afirma Rego.

MURO Segundo Rego, as questões são amplas, que transcendem o universo específico das empresas, como desigualdade, mudanças climáticas e defesa da democracia, exigem um posicionamento mais claro. Para ele, o setor produtivo nacional vive um ponto de inflexão.

INFERNO "Ou recuperamos agora a competitividade ou não haverá volta. No começo de fevereiro, saíram os dados da balança comercial de 2020. A participação de bens industrializados nas exportações foi a mais baixa dos últimos 40 anos. Isso é muito preocupante. O diabo é que a indústria está longe de ser prioridade para o atual governo", diz Rego.

CADEIRA Procurada pela coluna, a Abal afirma que está buscando um novo nome para o cargo, que deve ser divulgado nos próximos meses.

BLOCO Diante da suspensão das festas de Carnaval por causa da pandemia, a indústria cervejeira começa a calcular o impacto. Paulo Petroni, diretor da CervBrasil, que reúne nomes como Petrópolis e Imperatriz, diz que fez uma estimativa sobre o consumo da bebida com base no histórico do Carnaval.

NUBADO Os números da indústria com um todo no período das festas (desde a semana que antecede o Carnaval até o fim do feriado) ficam em torno de 120 milhões de litros, segundo os cálculos da CervBrasil. O volume pode variar para mais ou para menos conforme os dias de chuva.

HERANÇA Com o recrudescimento da pandemia, segue em alta a demanda por aditivos em queijos e sorvetes. Luiz Kignel, do escritório PLK, diz que a Covid-19 atraiu a atenção de clientes mais jovens procurando adiantar o testamento.

FINTEBUDE Kignel calcula que o número de consultas sobre o tema quadruplicou desde o segundo semestre de 2020. Segundo Maria Helena Bragaglia, do Demarest, segue também elevada a demanda de empresas familiares por estruturação e acordos e protocolos de sucessão.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

Table with financial indicators: JURUS (Análise de risco de crédito), IMPOSTO DE RENDA (Imposto de renda), CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA (Contribuição à previdência), EMPREGADOS DOMÉSTICOS (Empregados domésticos).

Joana Cunha joana@grupofoh.com.br

PASSO A acadêmica Grendine dona de nomes como Blied e Ipanema, vai assumir a operação brasileira do e-commerce da Melissa, sua marca com maior volume de vendas, no dia 18. A transferência da gestão do site, que está hoje sob uma empresa contratada, faz parte de um projeto maior de transformação digital.

LISTA A Grendine começou a internalizar seus marcos em 2020 com a Zaxy. Já passaram pela mudança Blied, Ipanema, Grendine Kids e o e-commerce da Melissa nos EUA. Até o fim de março, a Grendine deve assumir os dois produtos que faltam, Grendine e Cartago.

PONTO FINAL O império de moda britânico do empresário Philip Green chegou ao fim com o anúncio feito nesta segunda (8) pela empresa online Boo-hoo, que decidiu comprar as marcas Burton, Dorothy Perkins e Wallis, as três bandieiras restantes do grupo Arcadia.

LIQUIDAÇÃO A Boo-hoo deverá pagar a 25 milhões de libras pelos ativos digitais e pela propriedade intelectual das marcas. A notícia chegou na semana seguinte à venda de outros nomes do grupo, Topshop, Topman e Miss Selfridge, para a varejista Asos, também do e-commerce.

RETROSPECTIVA Além de um alerta para o varejo físico em desfecho para o grupo Arcadia, que entrou em concordância em 2020, a compra aponta o fim de um ciclo para Green, que teve o nome envolvido no escândalo de assédio MeToo.

BOLSO Seis meses após deixar a XP em uma disputa que foi parar na Justiça, o escritório de agentes autônomos foi investido em questões societárias. Luiz Kignel, do escritório PLK, diz que a Covid-19 atraiu a atenção de clientes mais jovens procurando adiantar o testamento.

AGULHA Nos EUA, a rede de supermercados Kroger parará US\$ 22 para cada funcionário que apresentar comprovante de que tomou as doses da vacina contra a Covid. Quem não puder se imunizar por questões médicas ganha o bônus se fizer um curso sobre saúde e segurança.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Lira quer votar autonomia do BC para dar sinalização ao mercado **Impacto:** Neutro

A16 TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ★★★

mercado

Lira quer votar autonomia do BC para dar sinalização ao mercado

Presidente da Câmara anuncia acordo para apreciar projeto nesta terça-feira

Danielle Brant, Larissa Garcia e Bernardo Caram

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a um acordo com a maioria dos líderes partidários para votar o projeto que prevê autonomia do Banco Central, medida que, afirmou, dará uma grande sinalização de "credibilidade" para o Brasil no mundo.

Lira, que venceu a eleição para a presidência da Câmara no dia 1º, passou os últimos dias articulando a votação com o novo relator do texto, o deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE).

O projeto foi aprovado no Senado em novembro e está entre as prioridades do governo. No entanto, era visto como secundário pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defendia a votação de pautas consideradas mais urgentes, como a PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que traz mecanismos de ajuste fiscal, e a reforma tributária.

Nesta segunda (8), Lira escreveu em uma rede social



O presidente da Câmara, Arthur Lira, (PP-AL), Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE), relator do projeto de autonomia do BC, e o ministro Paulo Guedes (Economia) Gustavo Sales/Diálogo Câmara

que, com "asinalização positiva da maioria dos líderes", colocaria em votação nesta terça (9) o projeto sobre a autonomia do Banco Central.

"Uma grande sinalização de destravamento da pauta do Congresso", disse. "Um grande sinal de previsibilidade para o futuro da economia brasileira. Um grande sinal de credibilidade para o Brasil perante o mundo."

Costa Filho deu parecer favorável à aprovação do texto conforme veio do Senado. Nesta segunda, o parlamentar se reuniu com o ministro Paulo Guedes (Economia), com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e com Lira.

No início da noite, Lira, Guedes, Campos Neto e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, deram declarações depois de reunião sobre o assunto. Guedes elogiou o relatório e disse que o mais importan-

te era a harmonia dos poderes independentes. "A autonomia do BC é um projeto antigo, é um sonho de mais de 40 anos", disse. Segundo ele, o projeto é a garantia de que aumentos setoriais e temporários de preços não se transformem em altas permanentes e generalizadas.

Lira, em sua declaração, afirmou que vai realizar nesta terça uma reunião de líderes da base do governo e da oposição. A ideia é aprovar o texto até esta quarta (10).

O presidente da Câmara disse que a autonomia diminui as possibilidades de influências políticas deste governo ou de outros que possam tentar intervir na política monetária. "Tantos outros governos sempre interferiram nesta pauta para que ela não tivesse uma aprovação debatida e discutida dentro do Legislativo."

A ideia inicial era que a proposta do Senado fosse pensada a outra, de autoria do Executivo, antes de ser votada. O projeto já tramitava na Câmara desde 2019 e foi integrado a um texto mais antigo, de 1989.

"Pela legislação o texto deve ser apensado ao mais antigo, vamos conversar amanhã para ver como ficará essa questão", disse o deputado Celso Maldaner (MDB-SC), relator do projeto que tramitava na Casa.

O parecer do relator escolhido por Lira, no entanto, foi feito em cima apenas do texto do Senado.

Segundo o projeto, a prioridade do BC será assegurar a

estabilidade dos preços. A autoridade monetária terá como objetivos secundários perseguir o pleno emprego, zelar pela estabilidade do sistema financeiro e suavizar oscilações da atividade econômica.

O texto prevê que a autoridade monetária tenha mandatos fixos de quatro anos para o presidente e os diretores da instituição. Com isso, a demissão por iniciativa do presidente da República seria dificultada.

"O Banco Central, na minha avaliação, tem que ter uma política de estado, e não de governo", afirmou Costa Filho. "O BC não pode ficar à mercê do governo de plantão."

Com as definições de mandatos, disse o relator, todo presidente eleito terá que conviver pelo menos dois anos com o presidente do Banco Central do governo anterior. "Isso dá previsibilidade e possibilidade de continuidade de uma política econômica de controle inflacionário, de taxa Selic."

Hoje, além de não haver mandato, os dirigentes podem ser demitidos por iniciativa do presidente da República. O projeto de lei complementar prevê que dispensas ordenadas pelo chefe do Executivo precisam do aval do Senado, em votação secreta.

As demissões só podem ocorrer no caso de solicitação dos próprios dirigentes, por enfermidades, em casos de condenação transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado ou por comprovado desempenho insuficiente.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Brasil importa trigo, arroz e até soja, e agro dos EUA se recupera em 2020 **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ***

TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2021 **A17**

mercado

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Brasil importa trigo, arroz e até soja, e agro dos EUA se recupera em 2020

Após desaceleração nos três primeiros anos do governo de Donald Trump, o agronegócio americano se recuperou em 2020. As exportações ainda não estão em patamares normais, mas já voltaram para US\$ 146 bilhões.

E o Brasil ajudou nessa recuperação. Conforme os dados consolidados, divulgados pelo governo na sexta-feira (5), dois países se destacaram: China e Brasil.

Em uma lista dos 35 principais parceiros, o Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) mostrou que as exportações dos Estados Unidos para o país asiático aumentaram 91% em 2020. Nes-

se mesmo período, as vendas para o Brasil cresceram 27%.

A participação chinesa no mercado americano ocorreu devido à necessidade de reposição de estoques de alimentos, principalmente após a menor oferta dos países da América do Sul.

O aumento das compras chinesas serviu também para diminuir o buraco que a guerra comercial tinha provocado na balança do agronegócio entre os dois países.

No ano passado, os americanos exportaram o correspondente a US\$ 29 bilhões para os chineses, abaixo do que previa o acordo firmado pelos dois países, mas bem aci-

ma dos US\$ 13 bilhões de 2018.

No caso brasileiro, o aumento das exportações americanas para o país ocorreu devido à retirada da TEC (Tarifa Externa Comum) de vários produtos.

Com isso, as importações brasileiras de trigo americano subiram 8,4% em 2020, para 765 mil toneladas. As de arroz tiveram evolução de 82%, somando 120 mil toneladas.

O Brasil chegou a importar até soja dos Estados Unidos. O volume foi pequeno, de 62 mil toneladas, mas o maior desde 1997, segundo o Usda.

Apesar desse aumento das exportações, os EUA ainda não conseguiram recuperar

mercado em várias regiões, como Europa, Oriente Médio e a própria América do Norte. Os mercados da Ásia e da América do Sul, devido à China e ao Brasil, voltaram a ser positivos.

Os americanos deixaram a política de lado e até esqueceram as diferenças com a Venezuela, elevando em 154% as vendas para o país em 2020. Os EUA aumentaram as vendas de trigo, de milho, de arroz, de soja e de produtos lácteos para o vizinho brasileiro.

O grande mercado reconquistado pelos americanos, porém, foi o da China, que voltou a comprar soja em boa quantidade e aumentou, em muito, as compras de trigo, de milho e de carnes.

Com isso, as receitas líquidas dos produtores subiram para US\$ 121 bilhões em 2020. Para este ano, a estimativa é

de US\$ 111 bilhões, um volume menor, mas bem superior aos US\$ 83 bilhões de 2019.

Soja e milho vão dar um bom suporte financeiro para os produtores neste ano, podendo acrescentar mais US\$ 16,1 bilhões nas receitas. O milho deverá atingir US\$ 55 bilhões, e a soja, US\$ 48 bilhões.

As receitas subiram no ano passado e devem se manter em patamar elevado neste ano devido aos efeitos preço e quantidade.

As commodities estão com valor de negociação em patamar mais alto, e os americanos terão mais produto para exportar.

Mas os americanos, assim como os brasileiros, vão passar por um período de altos custos. Ela virá de combustíveis, devido à elevação do petróleo, de fertilizantes e, para os que são da área de pro-

teínas, do aumento da ração.

Pesa no bolso dos americanos a dívida. Ela é estimada em US\$ 441 bilhões pelo Usda, com evolução de 2% em relação ao montante do ano anterior. Está próxima de 14% do valor dos ativos do setor, um percentual crescente desde 2012.

Os dados finais das exportações do agronegócio dos EUA do ano passado indicaram 64 milhões de toneladas de soja, 52 milhões de milho e 26 milhões de trigo.

O governo de Joe Biden não deverá se ater a uma pauta ideológica nas exportações agrícolas, como fez Donald Trump. Se o Brasil insistir nessa linha, perderá mercado.

É só ver o que ocorreu com a Venezuela. Deixando a política de lado, os americanos avançaram no mercado do país vizinho, ocupando espaço que poderia ter sido do Brasil.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: Defasagem no diesel cresce após Petrobras ajustar política de preço **Impacto:** Neutro

Defasagem no diesel cresce após Petrobras ajustar política de preço

Estatual anuncia novo aumento nos combustíveis, mas ações despencam sob temor de interferência do governo

Nicola Pamplona e Daniel Carvalho

RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA. A defasagem do preço interno do diesel em relação às cotações internacionais aumentou a partir do segundo semestre de 2020, depois de a estatal ajustar sua política de preços estendendo o prazo para avaliação da paridade de importação dos produtos.

Nesta segunda (8), a Petrobras anunciou novos aumentos nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, mas ainda assim as ações tiveram forte queda, diante de dúvidas a respeito de interferências em sua política comercial.

Na Bolsa de São Paulo, as ações preferenciais, mais negociadas, recuaram 3,14%, puxando para baixo o principal índice do pregão paulista.

Dados compilados pelo Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) a pedido da Folha indicam que a estatal iniciou 2020 acompanhando de perto o mercado internacional, principalmente nos meses de queda abrupta após o início da pandemia.

Quando os preços internacionais começaram a subir, já como reflexo do relaxamento do distanciamento social ao redor do mundo, a resposta da estatal ocorreu de forma mais lenta e com menor intensidade, mostra o levantamento.

A análise considera os preços de paridade de importação divulgados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) com base em informações da consultoria S&P Platts, que começaram a ser publicados em 2019 como uma referência oficial para acompanhamento do mercado.

Foi feita com os preços praticados em quatro importantes mercados: São Paulo, Rio, Bahia e Paraná. Na última semana de janeiro, o litro do diesel era vendido nas refinarias da Petrobras por cerca de R\$ 0,204 menos que o preço de paridade calculado pela ANP.

Em junho, a Petrobras estendeu de três meses para um ano o prazo para avaliação da paridade internacional dos preços dos combustíveis, o que significa que pode passar mais tempo vendendo abaixo das cotações internacionais, desde que recupere

as perdas depois.

A empresa nega que a medida seja um sinal de interferência do governo e diz que "a simples modificação do período da aferição da aderência entre o preço realizado e o preço internacional, promovida há oito meses, não se constitui em rompimento com nosso inarredável compromisso com o alinhamento de nossos preços no Brasil aos preços internacionais".

Nesta segunda, em meio a dúvidas sobre a independência de sua política comercial, a Petrobras anunciou alta de 8,1% na gasolina, 5,1% no diesel e 5,05% no gás de botijão, com vigência a partir da próxima terça (9). Será o terceiro reajuste da gasolina e o segundo do diesel em 2021.

Nas bombas, os dois produtos acumulam alta de 5,5% e 3,5%, respectivamente, no ano. Na semana passada, a gasolina custava, em média, R\$ 4,769 por litro, enquanto o diesel saía a R\$ 3,762 por litro.

Para a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), os aumentos ainda não são suficientes para cobrir a defasagem em relação aos preços internacionais, que ficaram em R\$ 0,17 por litro no caso da gasolina e R\$ 0,12 por litro, no caso do diesel.

"Apesar de a Petrobras controlar a decisão por ajustes no preço do diesel, a situação dos caminhoneiros nos leva a acreditar que o timing para essa decisão pode não estar em linha com as expectativas dos acionistas", disse o Bradesco BBI, em relatório divulgado no domingo (7) no qual rebaixa o preço-alvo das ações da estatal.

Diante da repercussão negativa do caso e de crescentes cobranças sobre a alta de preços, Jair Bolsonaro disse a eleitores na manhã desta segunda que não tem ingerência sobre a Petrobras e que não pretende se tornar um ditador para extrapolar os limites que a legislação impõe ao presidente.

"Não é novidade para ninguém: está previsto um novo reajuste de combustível para os próximos dias, está previsto. Vai ser uma mudança por razão? Vai. Eu tenho influência sobre a Petrobras? Não."

"Daí o cara fala 'você é presidente do quê?' Ô, cara. Vocês votaram em mim e tem um monte de lei aí. Ou cumpre a lei ou vou ser ditador. E, para ser ditador, vira uma bagunça o negócio e ninguém quer ser ditador e... isso não passa pela cabeça da gente

Jair Bolsonaro, ao dizer que não tem ingerência sobre a Petrobras

Diante da repercussão negativa do caso e de crescentes cobranças sobre a alta de preços, Jair Bolsonaro disse a eleitores na manhã desta segunda que não tem ingerência sobre a Petrobras e que não pretende se tornar um ditador para extrapolar os limites que a legislação impõe ao presidente.

"Não é novidade para ninguém: está previsto um novo reajuste de combustível para os próximos dias, está previsto. Vai ser uma mudança por razão? Vai. Eu tenho influência sobre a Petrobras? Não."

"Daí o cara fala 'você é presidente do quê?' Ô, cara. Vocês votaram em mim e tem um monte de lei aí. Ou cumpre a lei ou vou ser ditador. E, para ser ditador, vira uma bagunça o negócio e ninguém quer ser ditador e... isso não passa pela cabeça da gente", afirmou o presidente.

Bolsonaro já havia reunido a equipe econômica na sexta (5), mas terminou o encontro sem uma medida concreta para reduzir o preço dos combustíveis. Ele propôs um projeto de lei que fixasse a alíquota do ICMS em cada unidade da Federação ou que garantisse que o imposto estadual fosse cobrado na refinaria, mas foi contestado pelos estados.

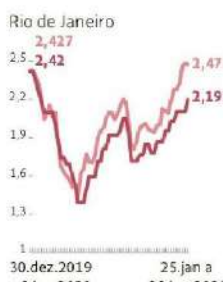
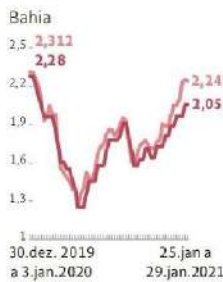
Em um recado aos governadores, o presidente voltou a cobrá-los pela redução do ICMS. "Os governadores falam que não podem perder receita, que estão no limite. Entendo isso aí. O governo federal também está no limite. É verdade. Agora, quem está com a corda mais no pescoço do que nós, presidente da República e governadores, é a população consumidora."

Defensor da proposta de respeitar prazos mais longos para acompanhar a paridade internacional, o Inep diz que esse modelo é comum em países com grande produção de petróleo e evitam trazer a volatilidade para o mercado interno.

"Claramente, o governo e a Petrobras não dialogam. Não há entendimento de ambos sobre o papel dos preços dos combustíveis no Brasil e sobre soluções para esse problema", afirma o coordenador técnico do instituto, Rodrigo Leão.

Defasagem no preço do diesel cresceu no 2º semestre de 2020

- Preço de refinaria, em R\$ por litro
- Preço de paridade de importação, segundo a ANP/Platts, em R\$ por litro



Fonte: Elaboração Inep com dados da Petrobras e da ANP. Valores de venda do óleo diesel 5-10, sem impostos e antes da mistura de biodiesel

Empresa recebe proposta de US\$ 1,65 bi por refinaria da Bahia

RIO DE JANEIRO. A Petrobras informou nesta segunda (8) que o fundo Mubadala fez a melhor oferta na concorrência para a venda de sua refinaria na Bahia, a segunda maior do país. O fundo, dos Emirados Árabes Unidos, ofereceu US\$ 1,65 bilhão (cerca de R\$ 8,8 bilhões, pela cotação atual).

Segundo a Petrobras, a conclusão da venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), localizada em São Francisco do Conde, depende ainda de aprovação de órgãos competentes.

Se confirmada, será a primeira operação de venda de refinaria da estatal, desde que a empresa abriu processo para buscar interessados por 8 das suas 13 refinarias, em 2019, sob o argumento de que precisa focar seus esforços na exploração do pré-sal.

Outro processo que estava adiantado, referente à Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, foi suspenso, sob o argumento de que as propostas apresentadas ficaram abaixo da avaliação feita pela estatal. Uma nova concorrência será aberta.

Primeira refinaria de petróleo no país, a Rlam tem capacidade para processar 323 mil barris de petróleo por dia, que são transformados em 31 produtos. Além de gasolina, diesel, gás de cozinha e lubrificantes, é a única produtora nacional de "food grade", uma parafina de teor alimentício utilizada para fabricação de chocolates, chicletes, entre outros.

É responsável pelo abastecimento de parte da região Nordeste. Se a venda for aprovada, o fundo Mubadala ficará com a refinaria e as

instalações logísticas a ela dedicadas, como um terminal de recebimento de petróleo e dutos de movimentação de óleo e combustíveis.

A venda das refinarias é respaldada por termo de compromisso assinado com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 2019, se comprometendo a reduzir sua presença no segmento de refino em troca de suspensão de investigações de condutas anti-competitivas.

O governo defende ainda que a competição com empresas privadas ajuda a blindar a Petrobras contra interferências em sua política de preços dos combustíveis e pode ajudar a baixar os preços da gasolina e do diesel no país.

Para críticos do processo de venda de ativos da Petrobras, porém, a transferência do controle da unidade representará apenas a troca de um monopólio estatal por um privado, já que a distância para outras unidades de refino no país seria um limitador para a competição.

Em seu plano de negócios, a Petrobras prevê ficar só com as três refinarias de São Paulo e com a Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio, concentrando sua atividade de venda de combustíveis nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Not comunicado, a empresa diz que os processos competitivos para venda de unidades de refino e produção de lubrificantes no Amazonas, em Pernambuco, em Minas Gerais, no Ceará e no Paraná "continuam em andamento visando a assinatura dos contratos de compra e venda". NP

CSN MINERAÇÃO S.A.
CNPJ nº 08.902.781/0001-15 - NIRE 31.300.025.144

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 21 de janeiro de 2021
Cidade, Declaração e registro no BNTI COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - INSCRM sob nº 8357833 em 08/02/2021. M. Arns de Paula Botelho - Secretária Geral.

EDITAL DE LEI Nº 2021/01 DE ALENIAÇÃO FIDUCIÁRIA
P. Público Leilão: 23022021 às 08h00 P. Público Leilão: 28/2021 às 15h00

ALEXANDRE TRAVASSOS, leilante oficial - mat. Joãoes nº 391, com escritório à Av. Engenheiro Luís Carlos Berne, 79 - F. Andar - Graciosa Paulista, São Paulo - SP 04571-610 - Edifício Berne - Caixa Postal nº 100 - CEP 04571-610 - São Paulo - SP, autoriza por **BANCO INTER S/A**, CNPJ sob nº 00.146.909/0001-01, vendida em 1º e 2º Leilão Público Extraordinário, para efeito de Enquadrar Presencial, nos termos do artigo 27 da Lei nº 9.747/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte imóvel urbano em lote único: Casa e terreno situados na rua Ezequiel Ramos nº 287, com alvará de habitação do lote nº 10 da quadra nº 15, do Parque da Mooca, no 16º Subdistrito - Mooca, medindo o terreno: 4,85m de frente para a referida rua Ezequiel Ramos, por 13,10m de frente aos fundos, de ambos os lados, incluindo fundos a mesma largura da frente, casarão, 4,85m, encostando a área de 03,93m², confrontando de quem da metade na rua Ezequiel Ramos até onde o imóvel, pelo lado direito com a casa nº 230, pelo lado esquerdo com a casa nº 283, ambos de rua Ezequiel Ramos e nos fundos com a casa nº 527531 da rua Cândido Sarney. Imóvel devidamente matriculado sob nº 167.316 do 0º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal 02-03530221. **1º PUBLICO LEILÃO - VALOR R\$ 507.521,85 (quinhentos e sete mil e quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos)**. 2º PUBLICO LEILÃO: R\$ 208.251,80 (duzentos e nove mil e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos). O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leilão e ainda com despesas cartorárias, impostos de transmissão para averbação e registro de matrícula, e com todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel será entregue ao arrematante em que se encontra. Vantagens - Adicional de 40% de despesa de administração do arrematante, nos termos de art. 39 da Lei nº 9.747/97. Fica a Fidejussão **PERMANENTE** (CGLC) R\$ 12.700.000,00 (doze milhões e setecentos mil reais) em favor do arrematante (a data dos valores pelo presente Edital). Cui (devedor) fiduciária (seu(s) comprador(s)) com a forma do parágrafo 2º-A do art. 2º da Lei nº 9.747/97, resultando pela Lei nº 13.469/2017, das datas, horários e locais da realização dos atos processuais, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do edital. Inclusive na endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciário(s) arrematante(s) mover entrega em garantia fiduciária, sem concessão da lei cartora, encerrando o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da quota, acrescida de encargos, despesas e comissão de 5% do Leilão, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei nº 9.747/97, ainda que o(s) interessado(s) tenham efetuado o lance para o respectivo lote do leilão. Leilão online, cujos interessados deverão comparecer, pessoalmente, ao edital eletrônico através do site www.sic.gov.br

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMAMENTO SEDE Nº 01/2021

A Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais torna público que empreendeu alterações no edital - Chamamento Sede nº 01/2021. As alterações e o edital consolidado podem ser consultados no endereço www.desenvolvimento.mg.gov.br

MINAS GERAIS SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 1/3
Título: Variante não deve suspender a imunização **Impacto:** Neutro

← Continuu de 1

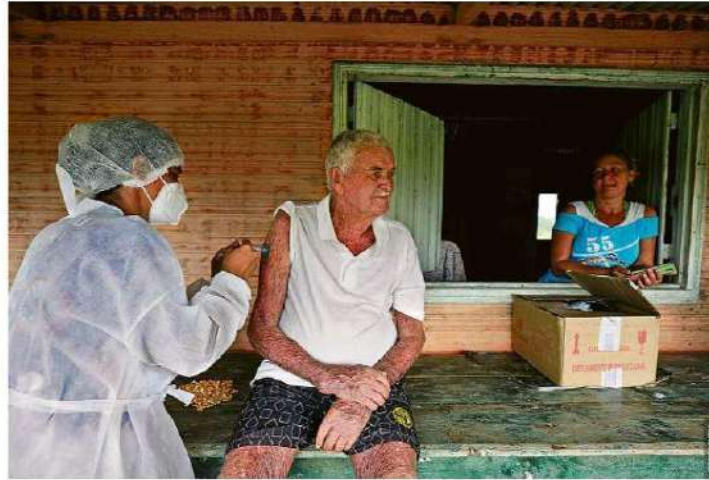
Variante não deve suspender a imunização

Nova cepa preocupa, mas campanha não deve ser interrompida

RAFAEL GARCIA rafael.garcia@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

Ainda não há dados conclusivos em relação à eficácia das vacinas em uso no país sobre a nova variante do coronavírus em circulação. Mas pesquisadores afirmam que o risco desse subtipo do patógeno atrapalhar a imunidade coletiva não justifica interromper agora a vacinação contra a Covid-19.

O debate sobre a P.1, a linhagem da Covid-19 que emergiu em Manaus e se disseminou na região, se intensificou depois que uma outra linhagem, a



Sem receio. Jose Marques de Andrade, morador de Manacapuru (AM), recebe a primeira dose da vacina de Oxford/AstraZeneca contra a Covid-19, em região onde a cepa P.1 do vírus já está circulando

B1.351, se mostrou capaz de reinfectar alguns pacientes imunizados com a vacina da Universidade de Oxford/AstraZeneca na África do Sul. No domingo, o país tomou a decisão de interromper a vacinação com o imunizante da farmacêutica anglo-sueca.

Como o imunobiológico da empresa é o mesmo que deve ser usado em maior extensão no Brasil, em parceria com a Fiocruz, e essas duas variantes do vírus têm características genéticas semelhantes, a preocupação foi imediata e compreensiva.

— Se estamos vendo essa redução de eficácia da vacina da África do Sul, provavelmente poderemos sim ver algo semelhante com a nossa variante no Brasil — afirma Denise Garrett, vice-presidente do Instituto Sabin de Vacinas, nos EUA.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 2/3
Título: Variante não deve suspender a imunização

Garrett diz não crer, no entanto, que a suspensão do uso da vacina de Oxford seria uma estratégia adequada no Brasil.

— Eles não suspenderam a imunização com a ideia de que é melhor parar de vacinar a população. Eles interromperam a vacinação temporariamente para avaliar uma nova estratégia, pois acabaram de comprar 20 milhões de doses da vacina da Pfizer — explica a cientista.

Os sul-africanos avaliam usar a vacina da Oxford/AstraZeneca em áreas rurais, mais isoladas, e aplicar outro imunizante nos grandes centros, onde há presença grande da variante B1.351.

Ainda não há uma pesquisa conclusiva sobre o quanto a vacina Oxford/AstraZeneca gera de imunidade contra o coronavírus P.1, mas a farmacêutica

informa que já está fazendo testes.

Cientistas ouvidos pela reportagem ponderam que um dado relevante sobre a resposta do imunizante à variante sul-africana é que ele continua protegendo bem os pacientes contra casos graves, internações e óbitos.

Representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS) declararam ontem crer que há “um excesso de pessimismo em relação ao imunizante da Universidade de Oxford/AstraZeneca”.

— Esta vacina é parte importante da resposta global à atual pandemia — enfatizou Richard Hatchett, um dos coordenadores do consórcio Covax, ligado à OMS, que distribuirá o produto. — É absolutamente crucial usar as ferramentas de que dispomos da forma mais eficaz possível.

REINFECÇÃO

Paralelamente à investigação sobre a eficácia das vacinas, em Porto Alegre (RS), cientistas já estudam o soro de pessoas com histórico de infecção por Covid-19 para saber se elas são propensas a contrair as novas cepas caso sejam expostas.

— Estamos testando a imunidade dos pacientes que tiveram coronavírus entre julho e setembro [como cepa original], depois vamos testá-los contra a P.1 do Amazonas e contra uma nova variante que emergiu aqui no Rio Grande do Sul — diz a imunologista Cristina Bonorino, professora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA).

O trabalho do pesquisador não deve sanar dúvidas sobre se a vacina protege contra a nova cepa do novo corona-

vírus. Caso a reinfeção seja possível, porém, ela compromete o status de imunidade das dezenas de milhões de pessoas com histórico de infecção no Brasil que hoje são contabilizadas dentro do

Quinhão de imunidade de rebanho, fundamental para se saber quando o país voltará à “normalidade”.

Para o infectologista Júlio Croda, ex-diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, a pasta não soube articular neste momento a resposta à emergência da cepa P.1.

— Há pouca informação sobre se ela é mais transmissível ou mais letal — afirmou o especialista, que está nesta semana em Manaus prestando consultoria ao governo local justamente para lidar com a situação.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 09/02/21 - **Cidade/UF:** São Paulo / SP - **Imagem:** 3/3
Título: Variante não deve suspender a imunização

Para Croda, as pesquisas para avaliar a resposta da vacina à P.1 já deveriam estar prontas, e o Brasil, por sua vez, deveria estar se preocupando também em avaliar a eficácia da CoronaVac, a outra vacina disponível neste momento no Programa Nacional de Imunização.

— Existe uma falha de capacidade técnica do ministério de responder a essas perguntas — diz Croda. — Estamos perdendo muito tempo. Para as duas outras variantes de impacto epidemiológico, da África do Sul e do Reino Unido, já foram feitos pelo menos estudos in vitro.

VIGILÂNCIA GENÔMICA

Outra necessidade apontada pelo infectologista é a de ampliar a vigilância genômica. É preciso sequenciar uma parcela maior de amostras de vírus no

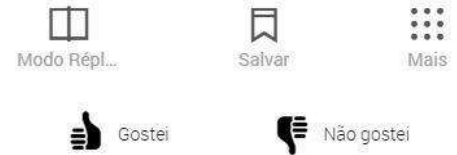
país. Hoje o Brasil sequenciou apenas 0,03% das amostras, enquanto o Reino Unido já tem 5% de suas amostras mapeadas.

O GLOBO contactou o Ministério da Saúde e questionou como a pasta avia proceder diante da situação, mas não obteve resposta até a conclusão da edição.

Segundo os pesquisadores, enquanto não há resposta conclusiva sobre o impacto das novas variantes na campanha nacional de vacinação, é importante que as medidas de distanciamento e contenção do vírus sejam ampliadas. A maior circulação do vírus é um dos motivos da emergência de novas cepas do patógeno.

— Precisamos agora vacinar mais rapidamente o maior número de pessoas, reduzir a transmissão, fazer a vigilân-

cia para entender o que está acontecendo com essa nova variante e testar o impacto dessa cepa não apenas na vacina de Oxford mas na CoronaVac também — diz Garrett, do Instituto Sabin.



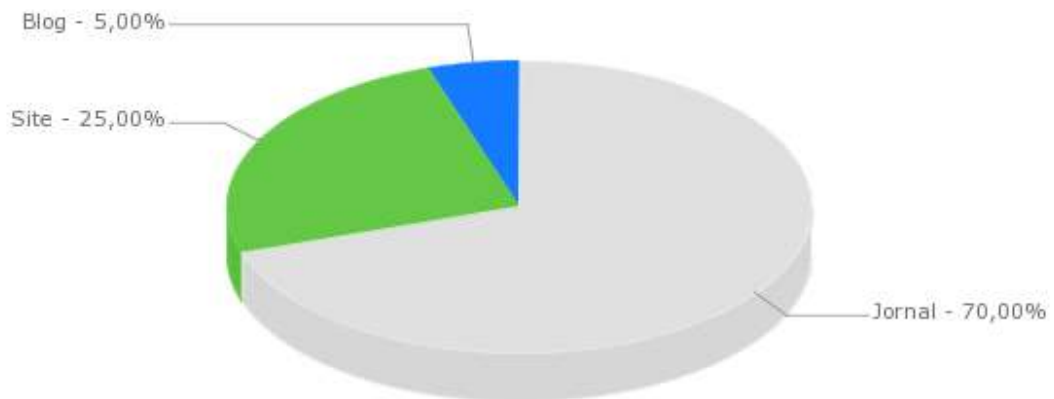
Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
08/02/21	G1 RN	Site		RN	50,2% dos turistas visitaram o RN em viagens de carro na alta estação; Fecomércio aponta crescimento do turismo regional	Positivo	Matéria		A			
08/02/21	Blog do BG	Blog		RN	50,2% dos turistas visitaram o RN na alta estação chegaram ao estado de carro	Positivo	Matéria		B			
08/02/21	Portal Agora RN	Site	Natal	RN	Destino Potiguar: série traz seis episódios gravados em cidades do RN para promover turismo	Neutro	Matéria		A			
08/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Procon Natal orienta sobre cancelamento de pacotes para o carnaval	Neutro	Matéria		A			
08/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Hotelaria registra queda de 25% na ocupação para o Carnaval 2021	Neutro	Matéria		A			
09/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Em janeiro, preço de cesta básica de alimentos	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					de Natal teve maior queda no País							
09/02/21	Estadão	Jornal		DF	Congresso quer auxílio emergencial fora do teto e sem corte de despesas	Neutro	Matéria		A			
09/02/21	Estadão	Jornal		DF	'Por auxílio, CPMF pode voltar com duração limitada'	Neutro	Entrevista		A			
09/02/21	Estadão	Jornal		DF	Sócios do BV querem IPO de até R\$ 3,5 bi em março	Neutro	Matéria		A			
09/02/21	Estadão	Jornal		RJ	Petrobrás reajusta preços dos combustíveis	Neutro	Matéria		A			
09/02/21	Estadão	Jornal		DF	Pleno emprego é mantido como meta do BC	Neutro	Matéria		A			
09/02/21	Estadão	Jornal		DF	Trabalhador que recusar vacina pode ser demitido por justa causa, diz MPT	Neutro	Matéria		A			
09/02/21	Estadão	Jornal		DF	BNDDES e Santander lideram ranking social e ambiental de bancos	Neutro	Matéria		A			
09/02/21	Estadão	Jornal		DF	Dona do Magalu cria	Neutro	Matéria		A			

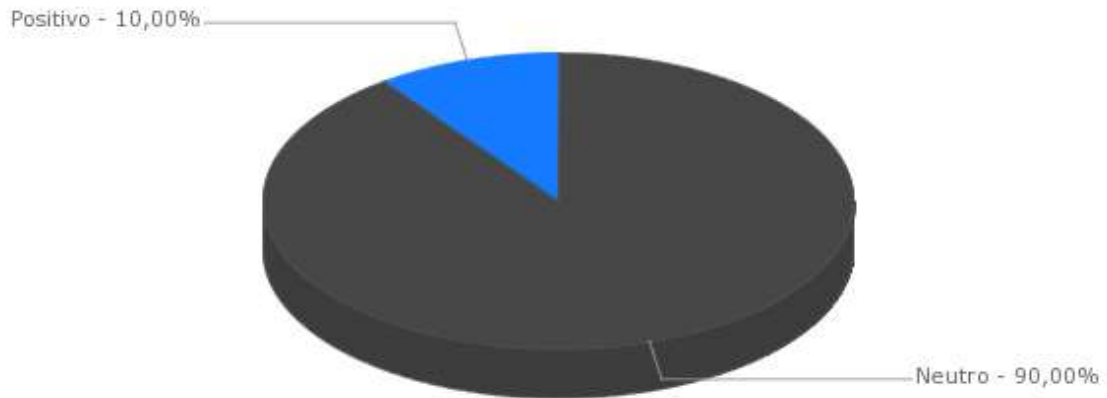
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					movimento por vacina							
09/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Valorização de ações se iguala a crash de 1929 e cria 'sinuca' para investidor	Neutro	Matéria		A			
09/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo quer que patão pague curso ao contratar quem receber novo auxílio	Neutro	Matéria		A			
09/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Lira quer votar autonomia do BC para dar sinalização ao mercado	Neutro	Matéria		A			
09/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Brasil importa trigo, arroz e até soja, e agro dos EUA se recupera em 2020	Neutro	Artigo		A			
09/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		RJ	Defasagem no diesel cresce após Petrobras ajustar política de preço	Neutro	Matéria		A			
09/02/21	O Globo	Jornal	São Paulo	SP	Variante não deve suspender a imunização	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 20												

Clippings por Tipo de Mídia



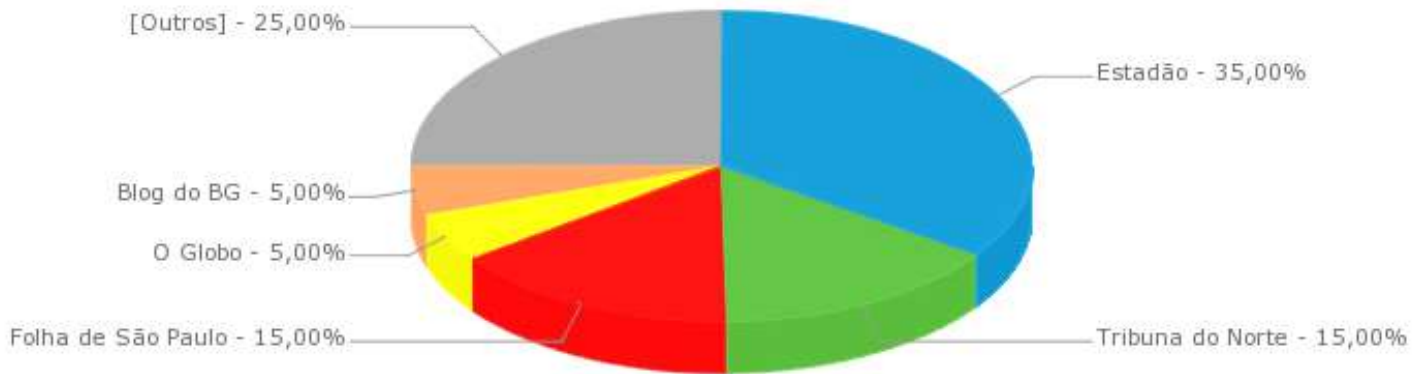
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	14	70,00 %
Site	5	25,00 %
Blog	1	5,00 %
		Total: 20

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	18	90,00 %
Positivo	2	10,00 %
		Total: 20

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	7	35,00 %
Tribuna do Norte	Site	3	15,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	15,00 %
O Globo	Jornal	1	5,00 %
Blog do BG	Blog	1	5,00 %
Portal Agora RN	Site	1	5,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	5,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	5,00 %
G1 RN	Site	1	5,00 %
Estadão	Jornal	1	5,00 %
			Total: 20